

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
MESTRADO EXECUTIVO EM GESTÃO EMPRESARIAL**

**REFUGIADOS NO BRASIL: (IM) POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO
NO MERCADO DE TRABALHO PELA CONSTRUÇÃO DO VIÉS SOCIAL**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

FLÁVIO DA SILVA VELLASQUEZ
Rio de Janeiro - 2021

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
MESTRADO PROFISSIONAL EXECUTIVO EM GESTÃO EMPRESARIAL**

FLÁVIO DA SILVA VELLASQUEZ

**REFUGIADOS NO BRASIL: (IM) POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO NO MERCADO
DE TRABALHO PELA CONSTRUÇÃO DO VIÉS SOCIAL**

Rio de Janeiro
2021

FLÁVIO DA SILVA VELLASQUEZ

**REFUGIADOS NO BRASIL: (IM) POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO NO MERCADO DE
TRABALHO PELA CONSTRUÇÃO DO VIÉS SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão Empresarial.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Arthur Reis Irigaray

Rio de Janeiro
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Vellasquez, Flávio da Silva

Refugiados no Brasil: (im) possibilidades de inserção no mercado de trabalho pela construção do viés social / Flávio da Silva Vellasquez. – 2021.
78 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Hélio Arthur Reis Irigaray.

Inclui bibliografia.

1. Refugiados - Brasil. 2. Mercado de trabalho. 3. Xenofobia. 4. Migração - Aspectos sociais. 5. Migração forçada. I. Irigaray, Hélio Arthur. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 304.82

FLÁVIO DA SILVA VELLASQUEZ

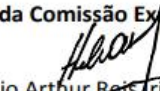
“REFUGIADOS NO BRASIL: (IM) POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PELA CONSTRUÇÃO DO VIÉS SOCIAL”.

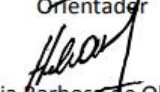
Dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional Executivo em Gestão Empresarial do(a) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Administração.


Data da defesa: 01/02/2021


ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Presidente da Comissão Examinadora: Prof^º Hélio Arthur Reis Irigaray



Hélio Arthur Reis Irigaray
Orientador


p/ 
Lucia Barbosa de Oliveira
Membro

p/ 
Kely César Martins de Paiva
Membro

p/ 
Rafael Cuba Mancebo
Membro

Nos termos da Lei nº 13.979 de 06/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20 e Portaria MEC nº 544 de 16/06/20 - DOU nº 114 de 17/06/20 que dispõem sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.


Flávio Carvalho de Vasconcelos
Diretor


Antonio de Araujo Freitas Junior
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV
Antonio Freitas, PhD
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Fundação Getúlio Vargas

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

Aos meus pais Jurema e José Cláudio e a minha irmã
Fabrícia, por sempre serem meu porto seguro nos
momentos de dúvidas e desespero.
Por me fazerem enxergar que sou capaz de ser sempre
uma versão melhor de mim, e que nada é impossível
praquele que se compromete e sonha.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Getúlio Vargas, DGA-IDE pela oportunidade de investir em mim como funcionário e ser humano, crescendo profissionalmente e academicamente, nessa empresa em que a educação é muito mais do que um negócio e sim a sustentação da sua própria história e legado.

As prof.^a. Mary Murashima, Ana Paula Borges, Maria Alice Mendes e Rebecca Seoane, mulheres e líderes incríveis das quais tive o prazer de trabalhar e que tanto me apoiaram e encorajaram nesse sonho que um dia já foi tão distante de imaginar ser concretizado.

Ao apoio incondicional da minha família: pai, mãe e irmã pela compreensão e entendimento de nem sempre estar disponível nesses últimos dois anos devido ao ritmo de conciliar o trabalho com o mestrado e com as entregas necessárias no processo acadêmico.

Ao Prof. Hélio Irigaray, por desde sempre vibrar com minha aprovação no mestrado, por acreditar no meu potencial, por me deslumbrar com amigos e acadêmicos incríveis e me proporcionar muito mais do que uma orientação de dissertação. Pude ter o privilégio de publicar um artigo e vivenciar experiências com a escolha do nosso tema que levarei para sempre. Coisas essas que jamais aprenderia dentro de uma sala de aula. Obrigado por cada pedra desse caminho construído.

Ao corpo docente da EBAPE por me transformar através das discussões em salas de aula em um outro ser humano: questionador, inconformado, incomodado e mais aberto ao diálogo, ideias e novas percepções.

Aos meus amigos que entenderam todos os prazos e responsabilidades que deveria cumprir, acreditaram que eu chegaria até o fim, que vinham me visitar para apenas ficarem próximos e me fazer entender que eu não estava sozinho em nenhum momento.

A minha turma do MEX 2019 que, mesmo tão diferentes uns dos outros, aprendemos a deixar todos nossos problemas de família, trabalho, finanças e saúde do lado de fora para sermos novamente alunos em sala de aula. Esses laços de amizade criados foram essenciais até o último segundo.

A todos vocês, gratidão e muito obrigado!

*Sou um ser e não uma coisa.
Ainda que eu fosse uma coisa, não seria a de sem
valor!
Sou movido a deixar a minha terra. Aquela terra de
origem pátria amada, que um dia me viu nascer, me
viu crescer, me viu sorrir. Sorrir para a vida.
Hoje estou aqui, amanhã acolá, sou um barco movido
a vela, forçado pela força do vento, para chegar ao
destino!
São nossas vidas jogadas ao nada. Somos barrados
nas fronteiras, como se tivéssemos cometido crimes!
Uns cometem, pagamos nós! Matam-nos, hostilizam-
nos. Mortos, jogam-nos como lixo feito nada. Hoje
venho aqui, porque não tenho terra!
Amanhã vou ali, também não tenho terra!
Tudo é terra!
Tenho uma vida, que também merece ser vivida.
Sou um barco à vela, à busca de um destino.*

Carta do Refugiado às Nações – Moisés Antônio

RESUMO

Objetivo: O objetivo dessa pesquisa foi de investigar em que medida os aspectos psicodemográficos dos refugiados, que vivem no Brasil, são entraves ao seu pertencimento social para entrada e permanência no mercado de trabalho.

Metodologia: Esta pesquisa é de cunho qualitativo, descritivo e exploratório. Os dados foram coletados por meio de visitas a organizações de acolhimento de refugiados, no Rio de Janeiro e São Paulo, bem como entrevistas semiestruturadas com 31 refugiados de diferentes nacionalidades e *status* de residência no Brasil. Estas entrevistas foram gravadas com a devida autorização dos participantes e transcritas para, posteriormente, serem submetidas à Análise Crítica do Discurso.

Resultados: Por meio da Análise Crítica do Discurso, as categorias emergentes foram interpretadas e classificadas diante das dimensões propostas por Fairclough (1989), entre as práticas sociais, discursivas e textuais, revelando através da linguagem aspectos ideológicos e empíricos que foram naturalizados pelos nossos entrevistados. Resultou em dados de um grupo heterogêneo de necessidades específicas que precisam ter, como pilares essenciais, a participação da sociedade e do governo para a absorção dos refugiados no processo de integração.

Limitações: A dificuldade de encontrar refugiados que estivessem de acordo em participar de nossa pesquisa, pois são pessoas que, muitas vezes, se sentem marginalizadas e em processo de legitimidade de seus documentos no país. Ao contribuir e fornecer seus relatos, mesmo garantindo a não divulgação de seus dados, muitos declinaram com medo de represálias. Outro aspecto limitador foi o início da pandemia do coronavírus que dificultou o acesso a uma base maior de indivíduos dos quais tivessem mobilidade tecnológica para a realização das entrevistas via Skype ou via Zoom.

Contribuições Práticas: Conforme os dados divulgados no último relatório da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), as Américas passaram a ser, oficialmente, o maior destino para refugiados em todo o planeta, com quase um milhão de pedidos de asilo entre os doze meses de 2019. Nesse cenário, o Brasil registrou em suas fronteiras 82,5 mil novos pedidos, recorde no país, motivado pela crise política em países como Colômbia e Venezuela e pelas guerras civis africanas. Diante desses números, o presente trabalho contribui para a sociedade ter uma melhor percepção do problema através da visão holística de quem sofre (refugiados), assim como o governo e as organizações apoiadoras em repensar suas estruturas diante de um grupo heterogêneo e com múltiplas particularidades.

Originalidade: Atualmente, os estudos de viabilidade social e pertencimento dos refugiados ao redor do mundo possuem um maior destaque no continente europeu, muito explorado pelo aumento da crise migratória do Mediterrâneo. Havendo então, um número consideravelmente menor de artigos e publicações que traduzam a realidade do Brasil e da América Latina como um todo. Além disso, apresentou uma visão menos homogênea desse grupo, reforçando as diferenças relevantes entre gêneros, país de origem, costumes e culturas.

Palavras-chave: Refugiados; Empregabilidade; Práticas Sociais; Pertencimento; Hospitalidade; Xenofobia;

Categoria do artigo: Dissertação de Mestrado

ABSTRACT

Purpose: The objective of this research was to investigate the extent to which the psych demographic aspects of refugees, who live in Brazil, are obstacles to their social belonging to enter and remain in the labor market.

Methodology: This research is qualitative, descriptive and exploratory. Data were collected through visits to refugee host organizations in Rio de Janeiro and São Paulo, as well as semi-structured interviews with 31 refugees of different nationalities and residence status in Brazil. These interviews were recorded with the participants' proper authorization and transcribed for later submission to Critical Discourse Analysis.

Findings: Through the Critical Discourse Analysis, the emerging categories were interpreted and classified according to the dimensions proposed by Fairclough (1989), among the social, discursive and textual practices, revealing through the language ideological and empirical aspects that were naturalized by our interviewees. It resulted in data from a heterogeneous group of specific needs that need to have, as essential pillars, the participation of society and government for the absorption of refugees in the integration process.

Limitations: The difficulty of finding refugees who would agree to participate in our research, as they are people who often feel marginalized and in the process of legitimating their documents in the country. When contributing and providing their reports, even guaranteeing the non-disclosure of their data, many declined in fear of reprisals. Another limiting aspect was the beginning of the coronavirus pandemic, which made it difficult to access a larger base of individuals who had the technological mobility to conduct interviews via Skype or Zoom.

Practical Implications: According to the data released in the latest UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees) report, the Americas officially became the largest destination for refugees worldwide, with almost one million asylum applications between the twelve months 2019. In this scenario, Brazil registered 82,500 new orders in its borders, a record in the country, motivated by the political crisis in countries like Colombia and Venezuela and by the African civil wars. Given these numbers, the present work contributes to society having a better perception of the problem through the holistic view of those who suffer (refugees), as well as the government and supporting organizations in rethinking their structures in the face of a heterogeneous group and with multiple particularities.

Originality: Currently, studies of social feasibility and belonging of refugees around the world have a greater prominence on the European continent, much explored by the increase in the migratory crisis in the Mediterranean. There being, then, a considerably smaller number of

articles and publications that reflect the reality of Brazil and Latin America as a whole. In addition, it presented a less homogeneous view of this group, reinforcing the relevant differences between genders, country of origin, customs and cultures.

Keywords: Refugees; Employability; Social Practices; Belonging; Hospitality; Xenophobia;

Paper category: Master`s thesis

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: <i>BANNER</i> PROMOCIONAL DA PEÇA KONDIMA	31
FIGURA 2: INFORME DE RETORNO AS FEIRAS BENEFICENTES PÓS PANDEMIA NA ASVP	33

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	34
--	----

SUMÁRIO

1. PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.1 INTRODUÇÃO.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.3 (DE)LIMITAÇÃO DO ESTUDO	12
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	13
1.5 DEFINIÇÃO DOS TERMOS.....	14
2. REVISITANDO A LITERATURA	16
2.1 REFUGIADOS: POR UMA DEFINIÇÃO	16
2.2 REFUGIADOS NO BRASIL	19
2.3 REFUGIADOS: DESCONSTRUINDO A HOMOGENEIDADE.....	21
2.4 O MITO DA HOSPITALIDADE BRASILEIRA	27
3. PERCURSO METODOLÓGICO	30
3.1 ENTRADA NO CAMPO E COLETA DE DADOS	30
3.2 SELEÇÃO DE SUJEITOS	33
3.3 TRATAMENTO DE DADOS.....	35
4. RESULTADOS DA PESQUISA	37
4.1 UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE OS DADOS.....	37
4.2 OS REFUGIADOS E AS PRÁTICAS SOCIAIS	38
4.3 OS REFUGIADOS E A AS PRÁTICAS DISCURSIVAS	44
4.4 REFUGIADOS E AS PRÁTICAS TEXTUAIS	52
5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	56
6. IMPLICAÇÕES DO ESTUDO	62
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	73
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	74

1. PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

Os refugiados têm sido objeto de recorrentes estudos (Dykstra-DeVette; Canárias, 2019; Montian; Gomes & Carvalho, 2020; Silva; Oliveira & Souza, 2020); todavia, não raramente, eles são tratados como um grupo homogêneo e diferenças como país de origem, gênero, idade, raça, religião e orientação sexual são negligenciadas (Irigaray *et al*, 2021). Neste sentido, questionamos: em que medida estes diferentes traços psicodemográficos são determinantes na inserção dos refugiados ao mercado de trabalho brasileiro, sob a ótica destes indivíduos? Esta é a pergunta de investigação que iluminou nossa pesquisa.

Entendemos que o processo de migração forçada, na maioria das vezes, são experiências traumáticas; pois, indivíduos que migram precisam se adaptar a uma nova realidade econômica, política, cultural, climática e social (Dykstra-DeVette; Canárias, 2019). Assim, a relevância deste nosso estudo jaz no fato de darmos espaço aos refugiados de diferentes gêneros, idades, raças e países de origem enfrentam aqui no Brasil.

Nosso país foi o pioneiro na América do Sul, ainda na década de 1990, a elaborar políticas públicas de acolhimento a refugiados, exilados e apátridas, no sentido de garantir-lhes status de residência permanente, acesso ao sistema público de saúde e educação, para que pudessem reconstruir suas vidas (Irigaray *et al*, 2021). Estes indivíduos são traumáticamente obrigados a abandonar sua terra natal com a qual possuem familiaridade e compatibilidade aos contextos físicos, econômicos, sociais, políticos, legais e culturais (Dykstra-DeVette; Canárias, 2019). De forma abrupta, deparam-se em um outro ambiente, no qual eles precisam recriar novos espaços mentais de organização (Hamid, 2012), reinventar identidades e significados sociais que aportem a sua atual realidade (Nguyen, 2012). Ademais, estes homens, mulheres e crianças têm que lidar com as perdas físicas, financeiras e emocionais ocasionadas pelo processo de migração, ao qual nem todos sobrevivem (Hardy & Phillips, 1999).

Nas últimas duas décadas, o Brasil tem acolhido refugiados de diversos países; principalmente, Venezuela, Colômbia, Haiti, República Democrática do Congo, Angola, Síria e Iraque. São indivíduos que deixaram seu país de origem devido à intensas situações de conflito, crise econômica ou perseguição por razões de raça/etnia, religião, aspectos culturais de pertencimento a um determinado grupo social ou por opinião política (ACNUR, 2019).

Apreender o olhar dos refugiados resulta num processo de autoconhecimento também, a rigor, em como nós brasileiros somos percebidos. Assim, ao desvelarmos a dinâmica de socialização destes indivíduos em nosso país, este estudo possibilita confrontarmos o esperado pelo imaginário ideal de hospitalidade e receptividade do povo brasileiro e a realidade encontrada (Camargo, 2004).

Este trabalho está estruturado em 5 seções. Nesta primeira, apresentamos nosso objeto de pesquisa, sua relevância, bem como as limitações e delimitações desta pesquisa. Na seguinte, revistamos a literatura sobre refugiados e o mito da hospitalidade brasileira. Na terceira, descrevemos nosso percurso metodológico. Na quarta seção, apresentamos os resultados de nossa pesquisa de campo, os quais são discutidos à luz do marco teórico, na quinta e última.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo final desta pesquisa é identificar em que medida os diferentes traços psicodemográficos dos refugiados são determinantes para a inserção destes indivíduos no mercado de trabalho brasileiro, sob a ótica dos mesmos.

Na persecução deste objetivo final, deparamo-nos com objetivos intermediários; nomeadamente: entender a construção social das identidades dos refugiados sob a sua própria lógica, bem como eles apreendem o Brasil e a sociedade brasileira.

1.3 (DE)LIMITAÇÃO DO ESTUDO

Entendemos que a limitação de um estudo reflete o ambiente exógeno que circunscreve uma pesquisa; enquanto a delimitação de um trabalho diz respeito às escolhas feitas pelo pesquisador (Vergara, 2006).

No nosso trabalho de campo, uma das limitações encontradas foi a resistência dos indivíduos contatados em darem depoimentos e permitirem que os mesmos fossem gravados, apesar de termos garantido sigilo. Vários indivíduos se sentem marginalizados e em situação de risco, dado que seu processo de regularização no Brasil ainda não está concluído e outros, por se encontrarem em situação ilegal.

Outro desafio foi o distanciamento social, decorrente da pandemia do novo coronavírus, que limitou nossa mobilidade tecnológica e forçou-nos a realizar as entrevistas via Skype ou via Zoom.

Nesta pesquisa, por conveniência de deslocamento, delimitamo-nos apenas a organizações e refugiados, que estivessem residindo nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A presente pesquisa é relevante porque propõe identificar e fornecer insumos, por meio de relatos de indivíduos com a vivência de refúgio, em como o Brasil se apresenta diante dos movimentos migratórios forçados. Os crescentes embates e conflitos políticos e a retomada dos discursos nacionalistas que ganham destaques em diversos países do mundo (incluindo o Brasil), ao final da atual década, tem contribuído com um aumento considerável de refugiados, onde as definições e acordos sobre a temática não conseguem incorporar a nova demanda que se apresenta de forma desordenada.

De acordo com a ACNUR (Tendências Globais, 2019), em seu último relatório divulgado, as Américas se tornaram o maior destino para refugiados no mundo, com quase um milhão de novos pedidos de asilo entre janeiro e dezembro de 2019. Nesse cenário, o Brasil registrou em suas fronteiras 82,5 mil novos pedidos de asilo em 2019, recorde no país, motivado pela crise na Venezuela.

Com relação à inserção dos refugiados no mercado de trabalho podemos entender a relevância em analisar um ambiente do qual o subemprego e marginalização social encontra-se frequentemente associado a esse grupo (Moulin, 2013). Aos que constavam anteriormente em suas vidas instruções técnicas e acadêmicas, as mesmas são ignoradas e não reconhecidas em muitos países, atrelados a isso a uma falta de iniciativa pública que possa favorecer os tramites necessários de adaptabilidade (Moreira, 2005).

Uma visão mais direcionada ao Brasil e a América do Sul, que tem um número consideravelmente menor de documentos que retratam a crise de refugiados quando comparada aos estudos no continente europeu (Turner, 2019; Spiegel; Checchi; Colombo & Paik, 2010),

mesmo sendo hoje o país um dos principais destinos para refúgio nos últimos cinco anos (CONARE, 2005).

Por fim, espera-se que os resultados apresentados no presente trabalho possam contribuir para a reflexão de indivíduos, refugiados, de instituições públicas e privadas do Brasil e da América do Sul, de organizações que propiciem o debate cada vez mais aprofundado do tema e para a sociedade como um todo que busca através da transformação social um mundo com mais equilíbrio, igualdade e respeito às diferenças.

1.5 DEFINIÇÃO DOS TERMOS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Órgão criado em 14 de dezembro de 1950, por meio da Resolução nº 428 das Nações Unidas, cujo intuito é proteger os cidadãos em condições de refúgio em todo o mundo.

ASVP - Centro de Atendimento aos Refugiados, que é uma iniciativa das Filha das Caridade de São Vicente de Paulo. Esta organização tem por objetivo acolher a população em situação de refúgio. Inaugurado em abril de 2019, vem estruturando a cada dia os serviços prestados, além de receber candidatos às atividades voluntárias, estabelecer parcerias e, sobretudo, cadastrar, atender e orientar esse público, encaminhando-o à rede socioassistencial.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe, criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, tem como o objetivo incentivar a cooperação econômica entre os países membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui 46 estados e oito territórios não independentes como membros. Além dos países da América Latina e Caribe, fazem parte da CEPAL o Canadá, França, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Turquia, Itália e Estados Unidos da América.

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados, órgão de deliberação coletiva no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável tanto pelo reconhecimento quanto pela cessação da condição de refugiado ao indivíduo em primeira instância; responsável também pela coordenação de ações que sejam diretamente ligadas a proteção, apoio jurídico e por aprovação de Normas que garantam as aplicações previstas na referida lei.

LGBTQIA+ - Movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para a comunidade. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade. Suas siglas representam as lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexo, assexual e outros grupos e variações de sexualidade e gênero.

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento mais importante na análise ética de um projeto de pesquisa. Pela resolução CNS nº 510/2016 o termo é o documento que garante ao sujeito da pesquisa o respeito aos seus direitos. É um documento obrigatório em pesquisas nas quais serão realizados quaisquer tipos de intervenções diretas ao participante, tais como entrevistas, grupos focais, entre outros.

2. REVISITANDO A LITERATURA

2.1 REFUGIADOS: POR UMA DEFINIÇÃO

Indivíduos em situação de refúgio não é um fenômeno contemporâneo; eles estão presentes em documentos históricos e, até, em textos bíblicos.

O refúgio *per se* é resultado de conflitos econômicos, políticos, religiosos, guerras civis, ou ainda da negação de identidades de gênero e orientações sexuais. Ocorre quando indivíduos são impelidos a abandonar sua terra natal e buscam proteção em outro Estado, para salvaguardar suas vidas, liberdades e segurança físico-psicológica (Moreira, 2020).

De fato, por definição, refugiados são pessoas que estão fora do seu país de origem devido à perseguição ocasionada por motivos de religião, raça, nacionalidade, pertencentes a um grupo social ou por opiniões políticas e que não possa ou não queira recorrer para a proteção desse país (artigo 1º da lei nº 9.474, 1997).

Podem ser classificados dentro desse grupo, os refugiados ambientais, os quais, segundo o Ministério da Justiça (2019), não estão em busca de asilo decorrente de conflitos armados ou por perseguições, mas são motivados por catástrofes naturais e de outras características similares.

A extrema pobreza, principalmente na África e América Latina, tem sido um dos fatores que estão sendo considerados como busca de refúgio e asilo (Ministério da Justiça, 2019). O agravamento das crises econômicas e da desigualdade social nestes países resultou que o total de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza (menos de US\$ 1.00 por dia/família) aumentasse em 20 milhões na última década (CEPAL, 2019).

Em contrapartida, o ACNUR reluta em reconhecer como refugiados os indivíduos que abandonam seu país em função de catástrofes naturais (secas, enchentes, terremotos) e fome, visto que, na Convenção de Genebra de 1951 (CEPAL, 2019) não foram estipulados estes fatores. Neste caso, estas pessoas são classificadas como deslocadas ou migrantes.

No Brasil, de acordo com o Ministério da Justiça (2019), o termo o termo “refugiado” está vinculado à situação do estrangeiro no nosso país; isto é, quando o mesmo solicita ao Estado Brasileiro o reconhecimento, recebe um documento provisório, mas ainda aguarda a decisão do CONARE. Ao final do processo, caso o pleito seja deferido, a residência legal é

concedida e o reassentamento providenciado. Essa solução garante sua proteção internacional até uma eventual tratativa ser recebida e tramitada por outra nação.

Quando a condição de refúgio é regularizada, o indivíduo pode enquadrar-se na situação de Reunião Familiar; isto é, trazer o resto de sua família para o território brasileiro por meio de um visto temporário (lei nº 13.445, 1997).

É necessário que distingamos refugiados de migrantes, que são por definição, indivíduos que tem o poder de escolha em suas mãos; ou seja, abandonam seu país por livre escolha, sem que sua vida esteja correndo risco. Os migrantes movem-se melhores condições de vida, oportunidades de trabalho, investimento educacional, reunião familiar e, a rigor, podem voltar ao seu país de origem quando desejarem; o que não é o caso dos refugiados (ACNUR, 2019).

A distinção desses termos é essencial para nossa pesquisa, visto que, legalmente falando, as tratativas aos migrantes são cabíveis mediante a legislação e procedimentos de cada país do qual estão inseridos no contexto. Já aos refugiados, a aplicabilidade das leis e práticas é definida em parâmetros nacionais, porém com uma grande influência do Direito Internacional em suas decisões.

Quando trazemos essa discussão para o caso brasileiro, é importante falar que a migração é regida através da lei nº 13.445 (2017) e, junto dela, compreendem-se os artigos dos quais vigora os direitos do migrante e visitante. Essa classificação permeia ao entendimento de que, ao caso do imigrante, por exemplo, é um indivíduo pertencente a outra nação que trabalha ou reside e se estabelece de forma temporária ou definitiva no Brasil. Já o emigrante, traduz a caracterização inversa, que seria o indivíduo de nacionalidade brasileira estabelecendo relações trabalhistas ou de residência no exterior em caráter provisório ou definitivo, se dentro das legalidades previstas.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR ainda reconhece o residente fronteiriço, principalmente estimulado pela situação crescente de migrantes oriundos da Venezuela em 2016, país com fronteira ao Brasil, de pessoas nacionais de países vizinhos das quais fazem fronteiras com o país ou que more em municípios fronteiriços ao Brasil. Essa classificação foi considerada a luz de situações das quais tenham possibilidade, principalmente, de guerras civis e conflitos políticos. Esse residente conserva a sua moradia habitual em município fronteiriço e de país vizinho.

O Ministério da Justiça (2019) apresenta a definição de asilo que, diferente da situação de refúgio, somente apresenta garantias após sua concessão. Como previsto na Constituição Federal é concedido pelo Ministério da Justiça, e sua execução pode ser observada de duas maneiras distintas: o asilo diplomático, diretamente fornecido quando o solicitante se encontra em uma nação estrangeira e direciona seu pedido de asilo à embaixada brasileira; e o territorial, quando o solicitante se encontra em território nacional. Em resumo, na comparação, o refúgio possui característica internacional de alcance universal, de efeito declaratório com medida de caráter humanitário. Já o asilo, o alcance jurídico é regional, com efeito constitutivo e com medida de caráter político associado.

Conforme previsto pela lei nº 13.445 (2017), temos ainda os visitantes e os expatriados. O visitante seria a pessoa nacional de outro país da qual se organiza por um período determinado de estadia para visitação, turismo, trabalho e outros fins sem estabelecer nenhuma pretensão temporária ou definitiva em território do qual está se destinando. Já expatriados, termo utilizados a partir da década de 1990, está associado à força de trabalho específica; isto é, profissionais que são transferidos por conta da empresa na qual trabalham e cuja situação é regularizada por uma legislação específica.

Por fim, de forma a organizar as definições para além dos refugiados, o Ministério de Justiça (2019) apresenta a definição de apátrida. Essa condição está associada às pessoas das quais não possui nenhuma nacionalidade reconhecida por nenhum país nem a nenhum Estado Soberano. Os motivos podem ser por diversos fatores, entre eles: as pessoas pertencentes a minorias étnicas nascidas em territórios cujo grupo não é reconhecido, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos e conflitos de leis entre países. Como exemplo, durante a Segunda Grande Guerra Mundial, onde judeus e cidadãos não germânicos passaram a ser denominados de apátridas no auge da estruturação nazista. No Brasil, o reconhecimento da condição de apátrida e a possibilidade de regularização para adquirir a nacionalidade brasileira estão promulgados na lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 e no Decreto nº 9.199, de 21 de novembro de 2017.

De acordo com Bonis (2017), o reconhecimento dos termos e seus direitos assegurados devem ser compreendidos a fim de que os efeitos de uma crise migratória social e econômica sejam amenizados. Visto que, cada nação apresenta suas leis ao que tange aos imigrantes da forma que mais lhe apresente pertinente ao seu território, porém, quando o indivíduo é enquadrado como um refugiado os governos signatários têm a obrigação de respeitar, também,

as leis internacionais. Movimento percebido atualmente em diversos países europeus e da América Latina dos quais milhares de pessoas tentam cruzar as fronteiras estimuladas por conflitos e guerras civis e são classificadas incorretamente como migrantes econômicos ilegais. Essa falsa acusação quanto a definição muitas vezes está associada a uma tentativa de atribuir esses grupos a aplicabilidade de leis nacionais, não resguardando ao país de destino a responsabilidade assistida que os refugiados necessitariam.

2.2 REFUGIADOS NO BRASIL

O ideal de receber e proteger os refugiados em território brasileiro teve como início, formalmente, em 1948, quando constituída a Comissão Mista Brasil – Comitê Intergovernamental para Refugiados, cujo objetivo era receber um número acordado de refugiados de guerra. De acordo com o Ministério da Justiça (2019), somente em 1960 o país aderiu ao ACNUR e promulgou o Estatuto do Estrangeiro, tornando-se assim a primeira nação da América do Sul a reconhecer as condições de refugiados previstas na Convenção de Genebra.

A adesão aos movimentos que favoreciam o recebimento de refugiados no Brasil foi concedida, a princípio, com uma cláusula geográfica, da qual reconhecia como refugiados apenas as pessoas provenientes da Europa. O que, pelo distanciamento e baixo interesse inicial, o recebimento como refúgio ficou em segundo plano, sendo mais características as situações de asilo para o Brasil nesse momento. Ainda excluiu, com a entrada na Convenção de Genebra, os artigos que garantiam o emprego remunerado dos refugiados, sendo revista essa ação discriminatória apenas em 1967, quase sete anos depois (Ministério da Justiça, 2019).

Já durante os governos da ditadura militar no país (1964-1985), não houve marcos de avanço das políticas públicas de absorção e o acompanhamento dos refugiados (ACNUR, 2019). Entretanto, neste mesmo período, a Igreja Católica desempenhou um papel de destaque no auxílio e proteção a estes indivíduos, bem como dos brasileiros em situação de asilo político.

Em 1988, a nova Constituição promulgada garantiu a consonância com a Convenção de Genebra e transferiu para a competência do Ministério de Relações Exteriores o recebimento de documentação e reconhecimento de condição de refugiado, em todo território nacional (Decreto nº 99.757, 1990). Assim, o refugiado passou a ter garantido seu direito para solicitar uma carteira de identidade de estrangeiro, a qual permite, dentre outras coisas, a trabalhar em instituições e empresas no mercado brasileiro.

Atualmente, o Brasil tem uma das mais modernas legislações sobre refúgio, pois a Lei nº 9.474 em 22 de julho de 1997 ampliou o conceito de refugiado existente na Convenção, além de ter criado o CONARE, que promove a integração do estrangeiro em situação de risco eminente - ou não - bem como seu acompanhamento e reconhecimento dos seus direitos à integração e reunião familiar (Sprandel, 2003).

Com um histórico favorável aos imigrantes desde cedo, principalmente no cone Sul, o país experimentou diversos movimentos migratórios no decorrer das décadas. Esses movimentos possuem características tanto voluntárias quanto involuntárias em seu processo de acontecimentos e contextualização, pois observamos o incentivo das famílias europeias em busca de melhores condições de vida e de trabalho, mais precisamente nas primeiras décadas do século XIX, e depois no envolvimento para as quotas de asilo e refúgio no pós-guerra. De maneira não tão incentivada, temos como exemplo o processo de imigração ocorrido fortemente desde 2010, com a tragédia que assolou o Haiti e forçou o envio de milhares de haitianos para o Brasil, principalmente oriundos da capital Porto Príncipe e, mais recentemente, com os movimentos ainda conflituosos dos venezuelanos nas fronteiras brasileiras em caráter de migração oriunda de processos políticos (ACNUR, 2019).

De acordo com Soares (2011), a política migratória em qualquer lugar do mundo é estruturada em fases, sendo a primeira dela e talvez a mais difícil a que o próprio refugiado enfrenta ao sair de seu país. Não somente pela barreira física e geográfica existente, mas também pela cultural e psicológica, em abandonar suas convicções e o caráter de pertencimento do qual está habituado. Ele continua desmembrando os próximos passos e materializando como essa percepção de modernidade legislativa é importante nesse momento de muito sofrimento ao indivíduo e a importância de, ao chegar no Brasil, como destino de solicitação de refúgio, haver instituições que abracem a causa de forma humanizada e com competência. Ao ultrapassar as fronteiras do país o primeiro contato é junto da Polícia Federal para solicitação da condição de refúgio, o CONARE para análise dessa solicitação e, por fim, se validado o reconhecimento, o processo de assistência e integração é encaminhado para ações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

Os processos nas fronteiras do Brasil ganham ainda mais força e apoio através da Rede Solidária para Migrantes (ACNUR, 2018), movimento que conta com mais de 65 entidades em todo território nacional e cujo objetivo é promover o diálogo, a proteção e o conhecimento as populações locais e a possíveis pessoas em condições que poderiam ser classificadas como

refugiadas ou pessoas com outro tipo de mobilidade. A ideia dessa ação reforça a participação efetiva do Brasil no processo de refugiados e apoia, em um país com dimensões continentais, a garantia da população carente de informação, apoio e muitas vezes a mercê de estarem em condições onde suas liberdades e direitos fundamentais encontram-se ameaçados.

Em contrapartida ao histórico apresentado, o país tem vivenciado deturpações negativas com o aumento de conflitos em especial nos estados do Norte do Brasil (Milesi, 2018). Ademais, a percepção do Brasil como um ótimo anfitrião, que possui uma legislação efetiva no que tange aos imigrantes e refugiados, passou a ser contestada em função de um novo discurso político e ações conservadoras. Por exemplo, o atual governo de Roraima solicitou impetrou uma ação no Supremo Tribunal Federal defendendo o controle policial e sanitário da região, bem como o fechamento temporariamente da fronteira entre o Brasil e a Venezuela.

Os discursos nacionalistas e ufanistas do atual Presidente da República e sua base de apoio tem resultado em falas e atos xenofóbicos, especialmente contra os venezuelanos, dirigindo-se a eles como raça inferior aos brasileiros e que, sua entrada desordenada em nosso território está resultando no aumento da taxa de violência urbana, no esgotamento dos recursos existentes e na perda de empregos pelos cidadãos brasileiros (Roraima, 2018).

Diante dessa nova realidade no cenário brasileiro, alguns dados do ACNUR (2019) aponta as atuais dificuldades enfrentadas pelos refugiados, no momento de chegada ao país, bem como na integração a nossa sociedade.

Mas será que isto é válido para todos os refugiados igualmente? Para responder esta pergunta temos que dissecar esta categoria, haja vista que a mesma é composta por indivíduos de múltiplos traços psicográficos. Este é o objetivo da próxima subseção.

2.3 REFUGIADOS: DESCONSTRUINDO A HOMOGENEIDADE

A autorização para residir em um país, do qual não se possui cidadania, até como refugiado tem se tornado cada vez mais difícil (Feldman-Bianco, 2015). O ato de cruzar uma fronteira traz consigo muito mais que uma mudança física; a rigor, ele está repleto de referências simbólicas, políticas, ideológicas e legais que se materializam no cotidiano das pessoas que o fazem (Santos, 2006).

No país anfitrião, o ideal e a esperança de uma vida melhor, mais digna e longe dos conflitos são confrontados, muitas vezes, com a realidade de comportamentos xenofóbicos, discriminação (racial, religiosa, étnica) que dificultam a integração destes estrangeiros, causando-lhes sofrimento por ferir sua soberania pessoal.

Em 2018, cerca de 71 milhões de pessoas foram forçadas a deixar o seu local de origem por diversos tipos de conflitos (Ministério da Justiça, 2019), sendo que neste grupo 26 milhões são refugiados e quatro milhões são indivíduos solicitantes de reconhecimento para a condição de refugiado. Em termos de local de origem, a maioria saiu de vários países do continente africano, do oriente médio, Venezuela, Colômbia El Salvador, Guatemala e Honduras.

O movimento de migração e fluxo de pessoas pode ser caracterizado como um fenômeno global, incluindo os indivíduos com características ao refúgio e asilo, não sendo atribuída a essa condição nenhum lugar específico ou particular no mundo (Martim, Goldberg e Silveira, 2018). Entretanto, cada país e grupo étnico têm sua peculiaridade, importância econômica ou política, que lhes garante mais visibilidade na mídia e, até mesmo, pelas organizações mundiais e redes de apoio (Irigaray *et al*, 2021).

Na última década, o Brasil tem sido o destino de haitianos, africanos, cidadãos de países do oriente médio, bem como de sul-americanos. Os primeiros foram atraídos pelo acordo bilateral entre as duas nações, em função das operações militares brasileiras no Haiti, entre 2010 e 2014. Já os refugiados de origem africana identificaram que, no Brasil, haveria uma maior facilidade de se obter um visto de refugiado e autorização de trabalho; ademais os oriundos dos países de língua portuguesa (Angola, Moçambique Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe) também acreditaram que o mesmo idioma e origem colonial semelhante à brasileira facilitariam sua adaptação no país. A política para refugiados vigente em nosso país também foi fator determinantes para que sírios, iraquianos, afegãos e demais cidadãos daquela região optassem em solicitar refúgio aqui; a rigor, muitos o fizeram após terem suas solicitações negadas pelos países europeus e pelos Estados Unidos, Canadá e Austrália. Os sírios, por sua vez, também se sentiram atraídos pela imagem de hospitalidade do país, bem como pela grande comunidade aqui existente, principalmente em São Paulo e Foz do Iguaçu. Finalmente, as crises econômicas, políticas e sociais nos nossos países vizinhos, associada ao bom desempenho da economia brasileira, principalmente entre 2008-2014, justificaram o fluxo migratório de paraguaios, bolivianos, colombianos e venezuelanos; contudo, apenas nestes dois últimos casos justificaria a solicitação de status de refugiado (Martim, Goldberg e Silveira, 2018).

De acordo com os dados do Ministério da Justiça (2019), o perfil demográfico dos refugiados no Brasil apresenta uma relação próxima ao percebido no mundo, tanto quanto ao gênero, majoritariamente, masculino (cerca de 72%) enquanto no restante do planeta essa relação é de aproximadamente em 66%; quanto à faixa etária (entre 30 a 59 anos).

Esses números refletem a lógica do processo de refúgio, do qual a figura masculina e em idade saudável é o principal elemento condicionalmente adaptável. A questão do gênero apontado nesses indicadores demográficos também é compreendida pela imagem socialmente construída do homem, como o provedor de uma vida digna e responsável pelo sustento da família, enquanto às mulheres caberia, fundamentalmente, o papel de reprodutora e cuidadora do lar (Bourdieu, 2007). Sob esta lógica androcêntrica, os espaços públicos vinculados ao gênero atribuem ao masculino traços de personalidade como: agressividade, competição, racionalidade, independência e força; enquanto o feminino uma referência clara ao emocional, cooperação, dependência física e a fragilidade; assim os homens seriam mais adaptáveis a condições extremas e de rompimento familiar (Kimmel, 1994), o que deixaria as mulheres em desvantagem para ingressar mercado de trabalho do país anfitrião e ascender na carreira (Hryniewicz; Vianna, 2018). De fato, há evidências que, comparadas aos seus pares masculinos, as refugiadas tendem a se engajar no trabalho informal como artesanatos e comércio ilegal de alimentos tanto nos países europeus (Knappert; Kornau; Figengül, 2018) quanto no Brasil (Olivius, 2016).

Diante de um ambiente de incertezas, as refugiadas tendem a enfrentar situações com menor realidade integradora, pois apesar de terem conseguido momentaneamente a condição física de se estar naquele país, a ausência da legalidade e de sociedade são de extrema representatividade na vida do indivíduo. Porém, apesar das dificuldades, as políticas do Estado junto com o olhar da população diante de uma realidade que possa surgir como uma problemática social deve estar atenta à integração nas relações cotidianas. Conforme Tuan (1983), isso não significa que seja impossível, visto que o espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significados, requisitos que dependem do tempo de vivência constituído de experiências em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repensadas dia após dia, ao longo dos anos. Da mesma forma que ao olharmos internamente para as estruturas empresariais brasileiras percebemos um déficit de mão de obra feminina em altos cargos de gestão, com diferenciação salarial entre os gêneros e maioria feminina no ambiente informal (Hryniewicz; Vianna, 2018), os enfrentamentos a essas barreiras invisíveis também espelham

o modelo aos imigrantes que aqui chegam. Essa estrutura, segundo Knappert; Kornau; Figengül (2018), se deve a construção e manutenção da sociedade patriarcal da qual estamos inseridos.

De acordo com Feldman-Bianco (2015), o medo aparece como outra característica fortemente apresentada no indivíduo quando analisamos pela ótica dele o processo de refúgio. O medo é latente, pois, nessa condição, o caráter de expulsão foi motivado por questões maiores a sua vontade, o que perpetua a necessidade de maior atenção a essas pessoas, já que podem se deparar com ideais muito diferentes dos seus em novas sociedades, como fronteiras culturais conscientes ou inconscientes, propagadas pelo senso comum de um determinado lugar. Isso pode ser potencializado em sociedades machistas, homofóbicas, racistas e xenofóbicas.

A integração não necessariamente é relacionada a momentos de vivências no cotidiano que remeta ao seu país de origem ou a desafios no país de destino; pois, quando uma pessoa é inserida em um ambiente do qual não ajudou a construir, um ambiente do qual não se reconhece e nem fez parte da história, é natural que passe por um processo de alienação (Santos, 2006). Todavia, movidos pelo ideal de pertencimento, após o impacto inicial, os refugiados cedem ao processo de entendimento e, como num processo de *bounce back*, recuperam a identidade da que parecia ter sido perdida para sempre.

Em contramão ao apresentado, devem ser consideradas, também, as histórias de vida de cada um dos indivíduos, pois muitos deles sofrem diversos traumas e situações únicas durante o processo de migração e, nem sempre o que consideramos como uma boa ação, ou um estímulo a integração com um grupo em situações favoráveis pode e deve ser aplicados aos refugiados. No geral, em nações das quais estão sofrendo sanções devido à grande presença da violência ou por cultura e política muito rígida, como os regimes ditatoriais, a liberdade de expressão e as ações mais convencionais que sejam de integração já podem apresentar um caráter muito satisfatório e positivo a essas pessoas.

Na realidade do Brasil como uma nação receptora dos sujeitos em condição de refúgio, ainda não podemos dizer que é um país que apresente uma infraestrutura adequada para lidar com essa realidade. Apesar dos avanços e de possuir uma legislação mais aceitável e humanizada se comparada a muitos outros países do mundo, o país ainda possui problemas internos graves, do qual não consegue absorver nem mesmo a sua própria nacionalidade para usufruir de serviços básicos. Com isso, o que se destaca são, geralmente, as conexões sociais através de instituições de acolhimento e processos migratórios não governamentais, ou em instituições de caridade e de caráter religioso. Esses centros promovem auxílio jurídico, de

saúde bucal, de inserção ao mercado de trabalho, de tarefas artesanais, de atendimento psicológico, dentre outros.

Até a lei de migração ser aprovada no Brasil, era proibido que os refugiados reivindicassem por algo ou se manifestassem em lugares dos quais pudessem ser vistos publicamente. Isso reforçava o medo e o sentimento de impotência de que, a todo o momento, caso seu processo fosse negado, ele deveria estar preparado para voltar ao seu país de origem e tentar migrar novamente ou viver na invisibilidade do estado permanente de espera. Todo esse ambiente fortalecia ainda mais o aspecto de, ao menos, tentar parecer ser um cidadão local, eliminando qualquer característica que o identificasse (Legrand, 2018).

Em conjunto ao processo doloroso por meio de uma migração forçada como já percebido, o enfraquecimento das relações sociais e educacionais para a população a respeito desses sujeitos pode refletir diretamente no princípio da escolha em um processo seletivo de emprego e retorno ao mercado de trabalho no país de destino que está hospedada. A criação de paradigmas, como o da desconfiança acerca do indivíduo, impossibilita a absorção dessa mão de obra principalmente nos mesmos setores e níveis de suas habilidades técnicas e intelectuais de outrora.

Ao abriremos a caixa de refugiados, deparamo-nos não somente com diferenças identitárias, mas também com diferentes graus de instrução, anos de escolaridade e habilidades técnicas específicas.

Os refugiados qualificados, que possuem ao menos um diploma de bacharel em seu país de origem, permanecem no país de destino como uma minoria não aproveitada. Muitos são obrigados a migrarem de profissão para adaptar-se ao que a sua nova realidade pode oferecer, em geral subempregos e atividades periféricas que, levam ao um desperdício cerebral que poderia ser útil as economias locais, com uma visão diferenciada de mercado e nação sobre o mesmo tema de especialização (Zikic, 2015). Teixeira (2019), por sua vez, reforça que essa incapacidade é acentuada pela ausência ou pouco interesse público de possibilitar, através de política específica, uma absorção rápida e de grande valia para a produtividade e para o mercado brasileiro.

O não aproveitamento da mão de obra estrangeira, principalmente em condições da qual sua entrada no país de destino ocorreu em caráter forçado, prejudica não apenas a diversidade nas empresas como também a possibilidade de aprendizagem e desenvolvimento para ambos os agentes nessa relação. De acordo com Legrand (2018), ele apresenta as barreiras invisíveis

por detrás das empresas dos países anfitriões dos quais estabelecem requisitos desfavoráveis para entrada e para o progresso no mercado de trabalho. Essas barreiras disfarçadas de requisitos por muitas vezes são direcionadas, com a justificativa de que o cargo a ser preenchido necessita de conhecimento prévio sobre a empresa, ou que seja necessária a língua nativa a do país em questão, dentre outros.

Conforme Al Ariss (2013), além da existência de regulamentos trabalhistas que impõem restrições à obtenção de vistos e a contratação de outras nacionalidades, a visão do refugiado a respeito desses processos é de que, ao perceberem essa dificuldade, acabam aceitando posições não compatíveis com suas qualificações profissionais e acadêmicas. Além do citado, existe ainda o protecionismo para determinadas profissões, como contadores, médicos, advogados e demais carreiras que são legitimadas por órgãos de licenciamento, impedindo que migrantes e refugiados sejam limitados a atuar nessas áreas e que ocorra a internacionalização desses tipos de serviços. Apesar de ser uma realidade também ao restante da população, os refugiados são mais suscetíveis a esse “escambo profissional”, visto que sua condição o torna mais vulnerável quando se comparado aos cidadãos da nação do qual está inserido (Al Ariss, 2013).

A percepção ao redor do mundo aponta alguns *insights* a respeito dos principais contrapontos que impedem ou dificultam a inserção dos migrantes e refugiados, como, por exemplo de que a proficiência na língua de uma nação da qual se está hospedado é essencial para o simbolismo que remete a competência do negócio, seja ela qual for (Hosoda, 2012). A apresentação do sotaque em outro idioma e de vícios de linguagem criam desvantagens significativas e, com isso, torna-se um impedidor natural no processo de socialização, inserção no mercado de trabalho e ascensão profissional.

Dietz (2010) fortalece sua crença na xenofobia entre raças, culturas e povos distintos, os estereótipos criados que associam aos migrantes e refugiados de que são menos capacitados e conseqüentemente não merecem reconhecimento ou posições de destaque se comparados aos seus nacionais. Essa análise é validada mesmo em aspectos contrários, onde temos um migrante ou refugiado de uma nação qualificada partindo para uma outra não tão reconhecida mundialmente como uma potência. No Brasil, por exemplo, há relatos das migrações de portugueses e italianos dos quais foram marginalizados no pós-guerra ao tentarem o recomeço na América do Sul com a Europa economicamente arrasada.

A discriminação racial aparece frequentemente sendo percebida em diversos acontecimentos no mundo quando tratamos de inserir novamente essa mão de obra ao mercado

de trabalho. Por exemplo, Model e Lin (2002) discutiram a discriminação de hindus e muçulmanos, mesmo os qualificados, dentro do Reino Unido é discrepante principalmente devido a sua crença. Já nos Estados Unidos, os latino-americanos e os negros também apresentam retaliações e variações de salários quando se comparado aos próprios americanos (Fang, 2013).

A discriminação enraizada na sociedade de forma estrutural também foi observada no Canadá, apesar de ter sido país que cresceu absorvendo indivíduos de múltiplas nacionalidades e naturalidades. A pesquisa de Fang (2013) sinalizou que vários *sites* de busca de empregos tendem a descrever em suas vagas estereótipos, no que se refere aos migrantes. Além do constrangimento e crueldade, esta prática restringe o envolvimento desses indivíduos com as oportunidades de carreiras disponíveis.

O paradoxo da diversidade nas grandes empresas, criando ambientes modernos, com ideais de liberdade e integração é questionado principalmente quando percebemos a propagação de pensamentos de um grupo uniforme que, apesar da aparência de multiculturalismo, apresenta elevado grau de dificuldade para inclusão. Mor Barak (2015) sugere, a relação da economia criativa com bons índices de investidores, quando inserida num ambiente plural e de inclusão. Porém, essa inclusão no ambiente de trabalho ainda se encontra engessada ao fazer parte ou não de certo grupo de influência e do comprometimento organizacional que mais se agrega pessoas iguais em exclusão de outras como mulheres, refugiados, imigrantes, grupos raciais, étnicos e religiosos.

Essa segregação ao diferente será explorado na nossa próxima seção, ao identificarmos que a hospitalidade brasileira foi construída diante de um imaginário social do qual nem sempre é acolhedora e expansivo a todos.

2.4 O MITO DA HOSPITALIDADE BRASILEIRA

É totalmente difundido no imaginário brasileiro uma representatividade idealista de que somos um povo acolhedor e hospitaleiro com todos que nos relacionamos. Essa ideia é confirmada pelo senso comum trazendo como referência todo o histórico de identidade de construção social do país: o legado da miscigenação de povos como os índios, os negros, os e os movimentos migratórios europeus.

A partir desse condicionamento, o marketing brasileiro ao redor do mundo é atribuído a uma terra que passou a construir seus alicerces em uma estrutura denominada no conceito da

democracia racial (Chauí, 2000; Franco, 2011) da qual a mistura de diferentes nacionalidades coexistindo em um território proporcionou um padrão que fortalece a raça humana de forma homogenia. Porém, o estereótipo dessa união ilusória começa a ser reorganizado quando as estruturas sociais são definidas por alguns legados, dentre eles o da escravidão em ter permanecido no cone sul durante três séculos de história, ou o distanciamento da cultura indígena brasileira associada ao avesso do progresso e da prosperidade prometidos pelos imigrantes, especialmente, os europeus.

Por definição, a hospitalidade vai muito além do que a exploração pacífica da cordialidade, da sensualidade, do envolvimento com os visitantes e da falta de preconceito social, cultural, econômico e racial (Bignami, 2002). Ela pode ser demonstrada por meio de uma apresentação temporária a um indivíduo e exercida em três dimensões e contextos bem específicos quando esclarecida no conceito de receber: o doméstico, o público e o profissional (Camargo, 2004).

A primeira delas talvez seja a mais característica e que ofereça a conotação mais emblemática quando pensamos na raiz da palavra hospitalidade, pois é a que se intitula no ato de receber, de alimentar e de entreter o outro em um ambiente caseiro. Essa demonstração tão íntima e nem sempre tão exposta em outros povos acompanha o envolvimento popular brasileiro desde os tempos remotos, quando as poucas opções de hospedagens comerciais eram pouco sentidas e até mesmo irrelevantes com o afeto em se escorar no “receber em casa”, em utilizar o quarto de hóspede, em retirar do armário cuidadosamente a louça das visitas e etc. E isso se presume por diferentes fatores que nem sempre estavam ligados diretamente a condição de obrigatoriedade, ou seja, algum familiar distante, algum amigo que estivesse passando pela cidade.

De fato, há uma conexão mais permissiva em criar laços por questões de afeto e por pequenas casualidades como em receber um desconhecido que lembra o rosto de algum familiar já falecido, ou pelo fato de ter a mesma origem de sua cidade natal, ou por ter o mesmo cerne religioso (Camargo, 2004). A hospitalidade doméstica, então, pode ser representada pela dádiva em simplesmente receber e se contentar com isso.

A segunda categoria apresentada é aquela direcionada ao receber público. O Brasil se orgulha de seus aspectos físicos e dos seus espaços públicos que foram no decorrer dos anos moldando a imagem e o imaginário de seu povo com suas cidades por meio de novelas, filmes e grandes eventos nos principais centros cosmopolitas. As belezas naturais e a divulgação massiva do povo brasileiro representado pelo seu folclore, pela sua arquitetura, pelas características urbanas em diferentes regiões do país diz muito em relação ao próprio povo.

Segundo Golets (2019), o brasileiro denota tanta influência no aspecto hospitaleiro e de boa referência gastronômica, cultural e relacional ao ambiente que vive, que muitos europeus que já visitaram o país foram impulsionados pela imagem de seus espaços classificados como únicos e que deve ser vivenciado pelo “Brasil do brasileiro”, em uma referência clara que a hospitalidade é o que o lugar oferece, mas se acompanhado por um nativo.

Por último, Camargo (2004) apresenta a terceira de suas categorias vinculadas ao conceito de hospitalidade do brasileiro: o receber profissional. Essa característica se revela ao aspecto comercial por reconhecimento de serviços contratados e o surgimento do que ficou mundialmente conhecido como o “jeitinho brasileiro”. Essa referência, que a princípio fazia uma ligação direta a um traço de personalidade único e positivo, utilizava de uma capacidade cordial e com afabilidade de improvisar e gerar um mecanismo eficiente de criatividade. Essa classificação, inclusive, adentra ao que ficou conhecido como “o homem cordial” (Candido, 1995), do qual não se pressupõe bondade em seus atos, mas sim uma validação externa e entre os seus de um ambiente que se mantenha com um comportamento de aparência afetiva. Esse preceito, por estar ligado a uma ideia próxima ao ego em manter essa percepção no próximo, por muitas vezes direciona essas características aos indivíduos dos quais podem gerar um retorno mais positivo em detrimento de outros.

Assim, a cordialidade cria um ambiente de aversão a impessoalidade, mas não necessariamente sincero (Camargo, 2004). Da mesma forma, o “jeitinho brasileiro” que tanto pode estar associado à criatividade, quanto também a um trabalho malfeito, sem interesse; ou seja, de uma forma inconsequente (Irigaray *et al*). O mito da hospitalidade no Brasil é configurado então pela necessidade exacerbada de apresentar características que faça a manutenção constante dessa imagem. Além dos já mencionados fatores, podemos exemplificar essa afirmação ao trazer um dos maiores símbolos de reconhecimento nacional como o Cristo Redentor, abençoando, protegendo e recebendo todos os visitantes de braços abertos.

O relatório do ACNUR, relativo ao ano de 2019, aponta que, no Brasil, observou-se o aumento de 45% da taxa de crimes relacionados a mal tratos, xenofobia, racismo e intolerância religiosa contra refugiados em relação ao ano anterior (ACNUR, 2019). Contudo, não podemos deixar de ressaltar que, tradicionalmente, estes comportamentos preconceituosos já permeavam o tecido social brasileiro e os principais alvos eram os negros, nordestinos e os homossexuais masculinos (Irigaray, Carrieri e Saraiva, 2010)

Os discursos xenofóbicos e os ataques a estes grupos minoritários têm sido alimentados pelos discursos oficiais do atual governo federal e de alguns estaduais e municipais, que refletem uma visão de mundo sexista, homofóbico e nacionalista.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 ENTRADA NO CAMPO E COLETA DE DADOS

A escolha do tema sobre refugiados surgiu com a expectativa de produzir um trabalho acadêmico do qual gerasse valor para a sociedade. Apesar de estar em uma instituição e em curso voltado para a gestão empresarial, a minha contribuição após os 02 anos de mestrado deveria ser aplicável, também, no âmbito social. Em conversa junto ao meu orientador, que até esse momento era apenas meu amigo, iluminou meu campo de ideias para possíveis temáticas das quais eu poderia atribuir um olhar humanizado e de relevância ao setor de empresas, como por exemplo, a inserção dessa mão de obra de forma mais assertiva e consciente diante de toda a trajetória e expectativa desses indivíduos.

Com o projeto de pesquisa ganhando estrutura, a entrada em campo ocorreu em dezembro de 2019. Essa entrada ocorreu depois de muitas tentativas na cidade do Rio de Janeiro em instituições governamentais e religiosas das quais poderiam fornecer o contato com o público principal desse estudo: os refugiados. A inserção nesse universo foi possível primeiramente ao assistir à peça teatral “Kondima – Sobre Travessias” que na época era apresentada pela Caixa Cultural, no centro da cidade. A peça é um emaranhado de histórias, todas de relatos reais de refugiados, que tentam expressar as dores e a essência humana no seu pior aspecto em uma situação aquém de compaixão e empatia. Fica claro nos discursos o processo doloroso sofrido por essas pessoas que, em fração de dias, estão diante de uma nova realidade e tendo que enfrentar um mundo onde questões básicas não lhe são mais garantidas. Essas histórias, durante o espetáculo, são amenizadas ou levada a horrores específicos dependendo de quem as conta, e em que contexto está inserida: se você é mulher, se você é gay, se você é negro, se você é mulçumano, e etc.



Figura 1: Banner promocional da peça Kondima

Ao final do espetáculo, esperei para conversar com a diretora Marcela Rodrigues, que me apresentou uma de suas atrizes, que aqui chamaremos de Ref29: angolana criada no Congo, negra, refugiada. Marcela foi altamente prestativa ao tema dessa pesquisa, indicando instituições, projetos sociais, trabalhos voluntários e documentos oficiais e não oficiais sobre o fenômeno do qual também precisou acessar para a montagem do seu espetáculo. A partir disso, pude conhecer melhor o trabalho realizado pela Associação São Vicente de Paulo (ASVP), um centro de atendimento católico aos refugiados, localizado em Botafogo – RJ do qual presta serviços de reestabelecimento social, psicológico, jurídico e laboral a esse público.

As primeiras entrevistas ocorreram na ASVP ainda naquele mês. Para isso, foi necessária toda a legalização quanto ao procedimento aplicado de pesquisa exploratória ao objeto de estudo. Isso corresponde a criação do TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido) que deveria ser apresentado e assinado anteriormente aos entrevistados para consentimento de seus relatos ao estudo, e também a uma declaração de apresentação de pesquisa, assinada pelo coordenador do curso de mestrado profissional da FGV, junto a instituição envolvida. O TCLE pode ser acessado ao final desse trabalho, no Apêndice B.

Para direcionar as entrevistas de forma efetiva ao que gostaria de ser explorado, foi validado junto ao orientador um roteiro semiestruturado, com oito perguntas-chaves que serviram como apoio as entrevistas longas, mas não eliminando o ideal do *storytelling*, e dos detalhes ocorridos no processo de refúgio. O roteiro dessa entrevista pode ser acessado ao final desse trabalho, no Apêndice A.

As entrevistas buscaram deixar os respondentes a vontade quanto aos seus discursos, não induzindo nenhuma informação ou relato do qual eles não se sentissem confortáveis para mencionarem. Com isso, as entrevistas registraram uma média de quarenta e cinco minutos de duração cada uma, sendo umas mais ricas em detalhes que outras até mesmo pelas características pessoais de cada indivíduo, sendo alguns deles mais tímidos e diretos e outros mais participativos e com maior liberdade e desejo de compartilhar suas histórias.

Após o envio dos documentos formais para a ASVP, uma das assistentes sociais realizou uma triagem com o grupo de refugiados dos quais queriam participar da pesquisa, sendo permitida até duas entrevistas por dia na instituição acordada para ocorrerem todas as segundas-feiras, de 13h as 15h. Porém, nem sempre havia entrevistados disponíveis ou interessados e, nesses casos, a visita era remarcada para a próxima semana, no mesmo horário.

Com a chegada do coronavírus ao Brasil e seguindo as recomendações de saúde, as atividades na ASVP foram interrompidas, onde o funcionamento do local passou a ser restrito apenas para a entrega de cestas-básicas, pedidos de exames médicos e recarga dos vales-transportes aos refugiados cadastrados. Nesse segundo momento, com esse fator delimitador, a busca para voltar ao trabalho de campo passou a ser via redes sociais, onde consegui uma entrevista com uma ativista e, assim, a pesquisa passou a ser aplicada com a técnica *Snowball* (Aaker, Kumar e Day, 2009) onde um participante indica novos participantes até atingir a saturação do tema ao objetivo proposto (Bauer e Aarts, 2002; Gaskell, 2002).

As entrevistas mediante tecnologia precisavam sempre ter o aparato do microfone e de câmeras para que fossem aplicadas, inclusive, uma análise visual de como esse discurso era produzido pelos nossos entrevistados. A entonação na voz, as características físicas de medo, felicidade, espanto, alegria e saudade deveriam ser vistas e consideradas também por mim e em minhas anotações. Durante as primeiras sessões, ainda na ASVP, essa movimentação acontecia de forma mais fluída e era mais facilmente percebido quando as emoções afloravam em seus rostos. O espaço para esse trabalho era uma sala agradável, com uma imagem em gesso de São Vicente de Paulo ao fundo, uma mesa grande de madeira e 6 cadeiras com almofadas. Percebia que todos ficavam confortáveis naquele ambiente e eram mais facilmente envolvidos a contarem suas próprias narrativas.

Durante a pandemia, as entrevistas tendiam a ser mais enfáticas, como se o incomodo ao reviver o tema ou a utilizar todo aquele aparato tecnológico com um estranho fosse mais uma limitação a pesquisa. No entanto, assim como no primeiro grupo, tivemos um bom coletivo

de indivíduos dispostos a contribuir e fomos aprendendo a melhorar a abordagem para facilitar a sensação de conforto a eles.

Apesar da excelente adesão com as indicações formadas através dessa rede, com a diminuição dos casos de coronavírus na cidade do Rio de Janeiro, a ASVP retornou o contato comigo informando que algumas atividades haviam retornado com a presencialidade em suas instalações. Um dos maiores eventos proporcionados é a Feira da União, onde participantes de mais de nove países (exemplo da Síria, Venezuela, Togo, Camarões, Colômbia, Haiti, Nigéria, entre outros) podem se cadastrar para apresentar não somente sua gastronomia, mas também música, acessórios, vestimentas e atividades recreativas culturais.



Figura 2: Informe de retorno as feiras beneficentes pós pandemia na ASVP

3.2 SELEÇÃO DE SUJEITOS

De acordo com Neves (1996) a utilização da pesquisa qualitativa é essencial para que tenhamos uma visão mais aprofundada da realidade, o que não indica um desmerecimento dos demais métodos de pesquisa, e sim uma melhor adequação ao que se espera buscar. Já Creswell (2010) entende a metodologia qualitativa como um meio para explorar e entender os significados dos quais um determinado grupo ou indivíduo atribui a um problema social ou

humano. No caso desse projeto, queremos entender a complexidade que envolve o fenômeno de um problema pré-estabelecido: de incorporar os refugiados no mercado de trabalho e quais as dificuldades sociais relacionadas a esse problema que podem existir.

Para chegar a saturação ou maturidade do tema através dos relatos dos refugiados foram realizadas 31 entrevistas com um grupo totalmente heterogêneo do qual pode contribuir com diversas interpretações de discursos por uma perspectiva de vivências distintas quanto ao gênero, idade, país de origem e grau de escolaridade.

O estudo proposto teve como foco absorver e discutir outras dimensões sem qualquer juízo de valor ou julgamento e interferência que direcionasse tendenciosamente os relatos, partindo da premissa de que existem incontáveis pontos de vistas, vozes e experiências compartilhando múltiplas realidades além da conhecida por nós mesmo (Boje, 1991).

Os dados coletados dos respondentes foram organizados de forma a fornecer as características relevantes a pesquisa, sem expor nenhuma informação que pudessem intimidá-los ou prejudica-los pelas informações fornecidas.

Tabela 1: Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Gênero	Idade	Raça / Cor da pele	País de origem	Status de residência no Brasil
Ref 1	F	28	Branca	Colômbia	Legal
Ref 2	M	30	Mestiço / moreno	Argentina	Legal
Ref 3	F	29	Mestiço / Andino	Colômbia	Ilegal
Ref 4	F	38	Negra	Colômbia	Legal
Ref 5	F	40	Branca	Colômbia	Legal
Ref 6	F	29	Negra	Angola	Legal
Ref 7	F	27	Negra	República Democrática do Congo	Ilegal
Ref 8	M	32	Negra	República Democrática do Congo	Ilegal
Ref 9	M	31	Branca	Síria	Legal
Ref 10	F	26	Negra	Moçambique	Ilegal
Ref 11	M	38	Branca	Síria	Legal

Ref 12	F	34	Negra	Gâmbia	Legal
Ref 13	F	33	Negra	Guiné Bissau	Ilegal
Ref 14	M	28	Branca	Venezuela	Legal
Ref 15	F	31	Branca	Síria	Ilegal
Ref 16	M	29	Negra	Venezuela	Legal
Ref 17	F	33	Branca	Palestina	Legal
Ref 18	M	37	Negra	Venezuela	Ilegal
Ref 19	M	27	Negra	Venezuela	Ilegal
Ref 20	M	26	Branca	Síria	Ilegal
Ref 21	M	26	Mestiço / Andino	Bolívia	Legal
Ref 22	F	33	Mestiço / Andino	Bolívia	Legal
Ref 23	M	28	Negra	Haiti	Legal
Ref 24	F	26	Negra	Haiti	Ilegal
Ref 25	M	32	Branco	Síria	Legal
Ref 26	F	38	Negra	Guiné Bissau	Legal
Ref 27	F	39	Negra	República Democrática do Congo	Legal
Ref 28	M	34	Negro	Uganda	Ilegal
Ref 29	F	36	Negra	República Democrática do Congo	Legal
Ref 30	M	41	Mestiço / Andino	Venezuela	Legal
Ref 31	M	24	Mestiço / Andino	Venezuela	Legal

Fonte: elaborado pelo próprio autor

3.3 TRATAMENTO DE DADOS

As entrevistas foram gravadas com a autorização dos participantes e transcritas para que fossem submetidas à Análise Crítica do Discurso; os, este método permite-nos captar a construção social do qual a linguagem formou o discurso apresentado e identificar aspectos ideológicos e empíricos que foram naturalizados. O criticar a narrativa dos entrevistados, segundo Fairclough (2008), seria então fazer a conexão entre coisas visíveis.

Os efeitos sociais dos relatos e dos textos precisam ser confrontados com a bibliografia especializada além de serem compreendidos e qualificados. Fairclough (2008) reforça a importância de que a Análise Crítica do Discurso não se trata de uma pura e simplesmente causalidade mecânica e estável. Determinadas leituras dos relatos não podem ser compreendidas como uma transformação na vida de todo o objeto de estudo, assim como não geram por si só efeitos políticos justamente porque o princípio da causalidade não compete a uma prática necessariamente de regularidade. De todo modo, as informações aqui apresentadas condizem a uma realidade e a experiência real de pessoas, que produzem efeitos em outras das quais interagem considerando não apenas uma relação dialética, mas também envolvendo o contexto social e organizacional dos quais encontram os indivíduos (Fairclough, 2008).

Diante dessa percepção, a limitação desse método é um pouco comprometida com o atual cenário de isolamento ocasionado pelo novo coronavírus. Sendo a Análise Crítica do Discurso um instrumento também de prática social, com influência direta na comunicação verbal entre o entrevistador e o entrevistado, os demais dados captados podem sofrer interferência pelo fato de estarem sendo realizadas virtualmente. Em especial porque as falas dos entrevistados foram interpretadas e classificadas diante do modelo tridimensional proposto por Fairclough (1989), entre as práticas sociais, discursivas e textuais, revelando pelo meio da linguagem aspectos ideológicos e empíricos que foram naturalizados pelo nosso objeto de estudo.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE OS DADOS

Em observação ao campo, os insumos foram obtidos a partir das 31 entrevistas, do qual deixo registrado o meu mais sincero agradecimento pela possibilidade de ouvi-los, entendê-los e gerar os resultados tabulados que propiciaram os seguintes indicadores sociais: para a pesquisa foram considerados todo estrangeiro solicitante de refúgio (32% dos participantes), solicitante de asilo - dos quais recebem um visto temporário (39% dos participantes) e os que estão em situação ilegal ou em trâmite de documentação junto a polícia federal (29% dos participantes).

Desse total, 52% são compostos por mulheres e 48% por homens, e a classificação quanto a sua nacionalidade pode ser compreendida através dos seguintes percentuais: por ser um país de fronteira com o Brasil e com a atual situação econômica e política, a Venezuela correspondeu por 19% dos nossos entrevistados, seguido pela Síria e a motivação da miséria, fome e guerras em seu território representando 16% do nosso estudo e logo em seguida a Colômbia, com 13% do total. O restante do grupo apresenta uma característica quase que comum a todos eles, a origem do continente africano que, juntos, representam 32% do nosso objeto de estudo (República Democrática do Congo 13%, Guiné Bissau 6%, Moçambique 3%, Gâmbia 3% e Angola também com 3%). Por fim, e completando nosso perfil de nacionalidade apresentado, temos o Haiti com 6% e a Argentina e a Palestina com 3% cada dos representantes.

Em relação a raça classificada pelo próprio entrevistado os percentuais ficam divididos entre 52% de negros, 29% de brancos e 19% de índios e pardos. De todo nosso escopo trabalhado 100% dos indivíduos encontram-se, atualmente, fora do ambiente de trabalho formal, sendo que apenas 27% deles já tiveram uma oportunidade de em algum momento estar empregado dentro de um contrato com vínculo empregatício e desses 27% apenas 3% é negro. Esses dados tabulados reafirma a marginalização do povo negro e índio dentro da sociedade brasileira, onde segundo De Souza (2019) as questões estruturais do país reafirmam a incapacitação de oportunidades mesmo em um cenário já improvável a todos os envolvidos.

Para analisar os resultados encontrados nas entrevistas gravadas foram interpretados e agrupados na Análise Crítica de Discurso de Fairclough (1989) como exposto na estratégia metodológica da pesquisa. Para isso utilizamos as relações da linguagem entre semioses e

outros elementos das práticas sociais dos quais nossos entrevistados estão envolvidos em uma situação adversa e fora de suas zonas de conforto quase que geral: em um outro país, geralmente em uma situação forçada, sem sua rotina, seus familiares, sua cultura e seu trabalho. Com isso, a divisão do resultado junto de algumas reflexões surgidas das entrevistas será estruturada ao que chamamos de práticas sociais, práticas discursivas e práticas textuais.

4.2 OS REFUGIADOS E AS PRÁTICAS SOCIAIS

Nesse primeiro grupo, o foco será diretamente ligado ao contexto social dos nossos entrevistados, em que o discurso gerado a partir de um estímulo o fez reviver situações e momentos dos quais se tornaram o principal motor de conteúdo em que apontam as estruturas concretas de sociedade. Analisar essa dimensão da prática em conjunto ao contexto expõe uma quebra de conceitos e ideias que estavam condicionados a esses indivíduos e que so percebem a confrontar diretamente na constituição do discurso. Segundo Fairclough (2008) salienta, essa experiência não emana de um jogo livre de pensamentos desconexos da cabeça das pessoas.

As práticas sociais presentes nos discursos dos refugiados apontam o descontentamento e em muitos casos a frustração com o rompimento da esperança de recomeçar. Ao achar que o pior já havia passado (e em muitos dos relatos essa condição é literalmente ter sobrevivido ao processo de deslocamento), se sentem ingratos por não demonstrarem total felicidade ao que encontraram no Brasil. Se deparando com outra realidade da qual os incapacita de trabalhar, bem diferente do que estavam acostumados a ver nos filmes, nas novelas brasileiras e na imagem consolidada do país de que somos hospitaleiros, receptivos e que aqui o que se planta, dá.

Esse ideal de fartura e bondade entre os nossos, apesar do contexto atribuído a um país em desenvolvimento, gerou, em muitos, o silêncio, conforme registrado em nossas notas de campo. Por outro lado, houve quem verbalizasse este sentimento, como evidenciado no fragmento de discurso de Ref29: *“hoje será melhor que ontem e pior que amanhã, e por isso devo apenas aceitar o que me é trago”*. A fala desta refugiada da República Democrática do Congo desvelou um misto de esperança e resignação, conforme apreendido nas seleções lexicais “melhor do que ontem” e “aceitar o que me é trago”, respectivamente.

Ao ouvir esta reflexão, questionei-me a mim mesmo; o quanto também eu – como tantos outros brasileiros pobres, negros, mulheres, *gays*, moradores das periferias - somos condicionados pelo senso comum de sempre agradecermos pelo que temos e aceitarmos as limitações impostas por uma sociedade patriarcal, elitista, misógina, racista e homofóbica.

Assim como tantos outros entrevistados, ficou patente que estar refugiado significa mais do que abdicar do seu país de origem, mas também do seu *status* social, formações profissionais, laços emocionais, memórias afetivas e planos. Esta resignação, implícita no processo de refúgio, mais do que frustrante significa a perda de si mesmo.

Nossos entrevistados, após o alívio e felicidade de se estabelecerem no Brasil, depararam-se no romance de Orígenes Lessa; onde há sonho, há feijão. A realidade brasileira revelou que o paraíso idealizado, o país hospitaleiro, a democracia racial não se sustentava. Os sorrisos e o decantado bom humor dos anfitriões escondem um lado perverso, xenófobo, racista, misógino e classista.

Esta foi a experiência de Ref15 e Ref20, fugidos da Síria, há cerca de 3 anos num movimento migratório traumático que quase lhes custou as vidas. Ainda em processo de legalização, com as poucas economias que ainda restavam, conseguiram abrir um pequeno negócio de doces e salgados nas ruas do bairro de Copacabana. Eles relataram não só múltiplas ameaças verbais por parte de um casal, que os chamaram de “*porcos muçulmanos*” e “*corja de árabes ladrões*”, como também ataques físicos contra sua barraca por um grupo de bolsonaristas, dos quais eram insultados e classificados como “*terroristas*” e “*para voltarem para a cova da qual não deveriam ter saído*”.

Aparentemente há uma correlação entre estes discursos de ódio, de cunho anti-muçulmano, e o atual governo ultraconservador, que demonstra um alinhamento imediato com a administração de Trump, nos Estados Unidos e o Estado de Israel. De fato, todos os refugiados de origem árabe explicitaram que foram orientados por seus conterrâneos a terem cuidado com a forma de falar (sotaque), evitar usar vestimentas típicas (o que é muito mais difícil para as mulheres muçulmanas já que, por razões religiosas, deve usar o *hijab*) e demais características que pudessem deixá-los expostos a atos de violência racista, intolerância religiosa ou sexista.

A percepção de empatia e de apoio a classe racial é totalmente alterada quando se é inserido em um ambiente dos quais elementos sobrepõem pela xenofobia. Como exemplo em nossos resultados de pesquisa, Ref18 e Ref19, dois homens negros da Venezuela, que vendem

bugigangas em uma rua movimentada de Copacabana, relataram que foram confrontados por outras duas mulheres, também negras. Elas demonstraram-se indignadas pelo fato de “*dois pretos estrangeiros competindo com nosso público*”. Este fragmento de discurso sugere a não existência de solidariedade entre indivíduos que compartilham da mesma raça; ademais, o tom de voz sugere o uso pejorativo do termo “pretos”, o que indica a existência de um racismo ego-distônico. Já a seleção lexical “*estrangeiros competindo com nosso público*” evidencia o instrumental da xenofobia. Sob esta ótica nacionalista, não há espaço para estrangeiros – sejam eles refugiados ou não – quando eles ameaçam as fontes de renda dos nativos.

Apesar de estas brasileiras serem vítimas da discriminação por gênero, classe social e raça, aqui no Brasil, elas reproduzem o discurso de ódio da elite brasileira, pois se identificam como superiores aos refugiados.

Esta realidade também se manifestou no relato de Ref4, colombiana, mãe de três filhos pequenos sobre sua estratégia de sobrevivência racional (Husted, 2007). Ao sofrer o seu primeiro ataque racista por ser negra em uma fila de banco, ela entendeu que a sua condição não seria passada despercebida mesmo em um Brasil que se vende como um caso de sucesso à sua miscigenação. Na sua fala, ela lembra que estava na praia como todos os dias vendendo quentinhas para os banhistas quando percebeu ao fundo um grupo de venezuelanos serem atacados simplesmente pelo fato de serem de onde eram. Na época, a Venezuela era palco de discussões políticas, sendo vinculados a partidos de esquerda brasileiros e de impedirem o crescimento econômico e soberano do país. Apesar de perceber em sua expressão um certo arrependimento e até mesmo vergonha ao admitir isso, ela confessou que no momento sua atitude foi apenas de se omitir. Ela fingiu ser brasileira, e olhar para a situação com desdém, mesmo sabendo que ela poderia sofrer a mesma represália no segundo seguinte aquela movimentação.

Ref4 nos conta que passou a imitar os negros do Brasil, a agir como eles, a assumir uma cultura e uma caricatura local cada vez mais forçada, como uma estratégia de sobrevivência bem-sucedida (Alvesson & Robertson, 2016). Ela, que trabalha na praia, começou a usar elementos típicos locais e que passaram despercebidos pela cultura daquele ambiente externo. Começou a criar bordões, a trabalhar o seu humor, a falar gírias e treinava em casa a entonação das suas falas. Essa situação crítica de identidade fazia com que ela se sentisse segura (Ernst & Jensen, 2019), para voltar para casa e abraçar seus filhos e a continuar empregada, mesmo que de maneira informal.

Outros resultados vinculados a oratória social de acolhimento e pertencimento foi documentado mais duas vezes. Uma delas pelo entrevistado Ref14 que por ter a sua pele branca, ele era considerado um bom brasileiro se comparado até mesmo por brasileiros negros. Sua fala deixa clara as situações vivenciadas onde as seleções lexicais “branca” e “bom” interverem diretamente nas construções sociais de relacionamento, convivência e privilégios.

Já Ref24, mesmo sendo de origem haitiana, já ouviu reiteradamente agressões verbais como: “*vai embora e volta pra África*”. Ou ainda, “*vai embora, já existem muitos crioulos no Brasil para alimentar*”. Além do cunho racista, a seleção lexical “já existe muitos crioulos no Brasil para alimentar” sugere que os todos os afrodescendentes dependem de programas sociais (como o Bolsa Família, por exemplo) para sobreviverem; portanto, são percebidos como estorvos e barreiras para o desenvolvimento econômico do país.

Nos discursos analisados, a característica social apontou sempre para os elementos já condicionados a uma imagem deturpada do ser refugiado em outro país, ainda que esse país também seja o Brasil, teoricamente um lar a todos que aqui desejam permanecer. Isso corrobora o fato de que em nenhum momento, as interações se depararam com questionamentos ou relevância sobre a sua situação regulatória em estarem legais ou ilegais por aqui. Muitos já partiam do princípio que o fato de ser refugiado já condicionava a uma experiência ilegal em outro lugar e, posto isso, as principais falas e pesares as suas experiências estão condicionadas aos fatores que representam sua origem, sua religião, sua orientação sexual, sua raça e sua tez.

Dos entrevistados originários da América do e da África lusófona idealizaram que o processo de adaptabilidade ao Brasil seria menos traumático. Este foi. Caso de Ref2 e sua esposa, argentinos que vieram para o Brasil com esta expectativa; mas de se depararam com uma sociedade altamente xenofóbica e racista ou, como explicitado no seguinte irônico fragmento de discurso: “*parentes europeus que são amargurados por não poderem usar os seus casacos de pele*”. A rigor, eles sugerem que os brasileiros tratam seus vizinhos latino-americanos com ar de desprezo e superioridade, como se fossem europeus; mas se frustram com a imagem com a qual se deparam no espelho.

Essa estranheza encontrada foi totalmente chocante visto que tinha amigos brasileiros que conheceu em Buenos Aires e foram totalmente simpáticos e amáveis. Essa relação de hospitalidade relativa (Camargo, 2004) da qual o brasileiro se vende muito bem principalmente no exterior, onde as relações são temporárias e envolto ao conceito de homem cordial (Candido, 1995) que condecora o ego do brasileiro em ser generoso, comunicativo e agradável.

Ref3, esposa de Ref2, demonstrou-se mais resiliente do que o marido, apesar de também ter passado por um processo de estranhamento ao que esperava encontrar nas cidades brasileiras. Quando saíram do Sul em busca de trabalho em São Paulo teve sua primeira experiência traumática pelo fato de simplesmente ser uma estrangeira na maior cidade da América Latina. Com as dificuldades de encontrar trabalho, mesmo com todas as opções e ofertas que São Paulo poderia oferecer, seu marido tentava em ONGs e instituições que pudessem orienta-lo de uma forma mais efetiva, com isso Ref3 começou a produzir artesanato com contas e missangas e a vender próximo a um famoso parque da cidade. Também orientada por uma instituição de apoio aos refugiados, foi explicado de que ela poderia estar com seu filho durante o processo de comercialização nas ruas, desde que a criança não fosse utilizada para chamariz econômico e promocional ao que estivesse sendo vendido.

Em uma das manhãs de sábado, Ref3 foi parada por um grupo que se intitulava da prefeitura e com uma ação truculenta já foram retirando a criança do colo dela e querendo levá-la sob custódia. O discurso de Ref3 nesse momento é com um semblante que até hoje parece não acreditar naquela cena em que viveu. A assistente social, de origem japonesa, era claramente autoritária, sequer olhava diretamente nos olhos dela e afirmava em seu discurso que *“gente como Ref3 adentravam o Brasil diariamente para sujar nossa sociedade e usufruir o Sistema Único de Saúde, com seus bebês para gerarem lucros aos pais”*.

O discurso da assistente traz em sua seleção lexical “gente como você” uma insurgência fortemente ligada ao racismo, ao se deparar com uma mãe sozinha junto ao seu filho e ambos com características e vestimentas andinas. O rancor em sua atitude descabida ao cargo que ocupava demonstra a arrogância e a falta de empatia primeiramente por não se assumir também como uma pessoa imigrante (origem japonesa) como também na construção do viés social vinculado ao trabalho aos refugiados no Brasil. Ref3 claramente levava seu filho junto ao ambiente de trabalho, porque não tinha condição ou incentivo de deixar seu filho em alguma creche ou em casa sozinho. Assim como seu marido, que a essa altura já havia desistido de uma realocação de trabalho formal (Ref2 era operário de obras em Buenos Aires) e estava fazendo trabalhos temporários como ajudante de mecânico.

Assim como Ref2 e Ref3, os entrevistados da Colômbia e Venezuela já esperavam encontrar uma dificuldade na língua, pois sabiam que apesar da proximidade fonética o entender espanhol para um brasileiro é mais fácil pela estrutura da linguagem do que o contrário. Diferentemente dos entrevistados da África oriundos de Angola (Ref6), Guiné Bissau (Ref13 e Ref26) que já possuem o português em seu domínio achavam que teriam uma vantagem maior em relação a realocação no mercado de trabalho. Tanto os latinos quanto os africanos de origem

portuguesa acreditavam que culturalmente seriam adaptáveis pela semelhança e simpatia dos nossos costumes, e demonstraram em seus discursos um desapontamento também nesse tipo de relação.

Um outro relato fortemente representativo como resultado de nossa pesquisa, e envolto ao viés de prática social, foi o apresentado pelos entrevistados Ref9 e Ref11 pela prática de intolerância religiosa ao islamismo. Eles registraram ocorrência e acusaram um grupo de mulheres das quais agrediram os dois homens e gritavam dizeres cristãos como *“não há lugares para vocês aqui, aqui é a terra que pertenceu a Jesus, o Salvador”*.

Assim como Ref17 que menciona que a prática do uso do véu nas ruas já ocasionou centenas de olhares que a julgavam, olhares com medo como se ela fosse uma pessoa perigosa e até mesmo insultos seguidos de ameaças.

Nosso trabalho de campo sugere que a situação de refúgio é muito mais condicionada ao homem, justamente devido ao grande risco e exposição humana que algumas transições exigem. Isto fica evidente na fala de Ref18, venezuelano, que entrou no território nacional através da fronteira de Roraima. Na sua percepção, as mulheres foram muito mais confrontadas e abusadas pelas autoridades locais e população em geral, conforme evidenciado no fragmento lexical *“não foram casos isolados (..) oficiais da Polícia de Fronteira [Polícia Federal] exigiam favores sexuais em troca da entrada facilitada no território brasileiro”*.

As venezuelanas, enquanto temporariamente em Boa Vista, também enfrentaram discriminações de segundo grau: por serem refugiadas e por serem mulheres. Elas asseveraram que os homens conseguiam arrumar trabalho, mesmo que informalmente e com menor salário, mas que lhes garantiam o mínimo de dignidade; já elas, viram-se, com sorte, relegadas a trabalhos domésticos análogos à escravidão; contudo, não raramente, só restou como alternativa a prostituição. Experiência mais dolorosa foi a de Ref18 que explicou que, assim como ela, todas as mulheres com filhos foram abordadas para que vendessem as crianças ou para trabalhar em fazendas, olarias, casas de família ou prostíbulos.

Sobre esse ponto é importante destacar a regulamentação da atividade de empregada doméstica no Brasil, como vínculo empregatício assinado em carteira de trabalho, com direito a férias remuneradas de um mês, uma vez ao ano, 13º salário e aposentadoria após o período de 25 anos de serviço prestado (para as mulheres). Ou seja, a situação vulnerável do refúgio no norte do Brasil tornou-se um negócio totalmente distorcido da realidade empregatícia do país, não sendo a região de Roraima uma zona atraente e com emprego abundante responsável por absorver as pessoas que chegam principalmente da Venezuela. Ao fim, Ref18 relata dos casos

de apreensão do passaporte dessas mulheres em posse dos seus patrões, para evitar fugas ou algum tipo de denúncia e deportação.

4.3 OS REFUGIADOS E A AS PRÁTICAS DISCURSIVAS

A segunda estrutura pertencente a Análise Crítica de Discurso de Fairclough (1989) apresenta as práticas discursivas através de uma análise desprendida da prática social, com um viés particular sobre os contextos institucionais. Nessa análise, se busca revelar como a relação intertextual e interdiscursiva se correlacionam constituindo discursos e narrativas específicos por cada indivíduo entrevistado (Fairclough, 2008).

Visto isso, nesse momento, nossa interpretação dos resultados está baseada na imersão do discurso a ponto de ser avaliado o real papel que o remetente está disposto a ser reconhecido. Durante a entrevista conseguimos separar o indivíduo quando inserido em um contexto social e quando ele encontra-se diante da situação da qual ele tem um posicionamento a estabelecer por ele próprio.

Fairclough (2008) define que as amarras sociais e de estado são livres nesse momento e que podem ser ignoradas na representação do objeto de estudo, tais como: a situação econômica da qual se encontra ou da qual a sociedade ao redor está inserida, as questões políticas locais e de sua condição de refugiado em um nome ambiente, o contexto histórico daquele povo ou da construção desse novo país e toda a representação social macro que pudesse existir.

Esse distanciamento é percebido em características nas falas dos entrevistados que, em muitos momentos, mesmo que inevitavelmente, tendem a voltar ao status *quo* de seu papel em sociedade, reproduzindo um discurso pré-fabricado e coerente ao que de fato esperamos ouvir dele como senso comum ou como ancorado em sua situação de refugiado, neutralizando processos que expõem seu real discernimento sobre as questões levantadas e das quais está passando e naturalizando as bases de relações de poder, geralmente assimétricas (Fairclough, 1995).

Diante dessa introdução sobre as práticas discursivas, os resultados obtidos em campo foram aplicados no cerne de pertencimento e em como esses refugiados se denominavam, se enxergavam e como gostariam de ser representados diante à sua própria história e ao seu país

de acolhimento. A análise desses discursos gerou, então, mais três classificações para os indivíduos entrevistados: o papel de herói, o papel de vítima ou o papel de fingidor.

Ao assumir o papel de herói, os relatos são fantasiados de um empoderamento, que busca dar sentido às histórias de vida destes refugiados, as quais são permeadas por tragédia, sofrimento e trauma. Desta forma, os refugiados demonstram sinais de orgulho em sua trajetória e a considerar os perigos e absurdos sofridos como uma superação a ser exposta: atravessar o oceano a noite em um barco de pesca, cruzar fronteiras através da floresta amazônica, ficar dias andando por um deserto sem saber se chegará vivo ao seu destino, dentre outros.

Outros sinais de heroísmo atribuído a fala é o de vencer ou se sustentar no país que escolheu como nova oportunidade de lar, onde para muitos acaba sendo a única fonte de renda do dinheiro que enviam daqui para suas famílias em situações de extrema pobreza, ou inseridos em um ambiente hostil de guerra civil, política ou de outras características insalubres. De fato, para os que lá ficam, esses indivíduos são retratados como a esperança de um dia também estarem livres dessas zonas de conflito, o que reforça a identidade e a argumentação de precisarem ser heróis.

Por exemplo, durante a entrevista, Ref29, uma mulher negra, proveniente da República Democrática do Congo, que se refugiou no Brasil após ficar sitiada por 20 dias ininterruptos, durante a guerra civil. Ela foi a única sobrevivente de um povoado, e durante semanas, conviveu com corpos de amigos e parentes ao seu redor já apodrecendo e, ao sair dessa situação e atravessar primeiramente a África para encontrar o restante que sobrou de sua família e chegar ao Brasil, sua história passou a ser um marco. Em suas próprias palavras: *“eu já nem sabia se estava viva ou morta, parecia que tinham levado minha alma junto com todos eles, aquele cheiro de carne humana podre... carne humana dos seus parentes... é o mais próximo do inferno que já estive”*. Sua superação aos detalhes tão inimagináveis contados foi tanta que teve seu relato transformado em peça teatral e ela pode descobrir uma nova profissão, um novo ofício, anos depois, em um novo país.

Ref29 se emociona toda vez que tem que relembrar as experiências que passou, assim como a entonação de sua voz muda quando chega em determinados momentos de sua fala, como quando se levantou entre os corpos, ou quando teve que passar dias no deserto e depois na mata para chegar em outro país africano, sua fala se torna firme. Nesses momentos, não coincidentemente os que ganham mais destaque na sua própria narrativa, apresenta uma mulher firme e heróica, que passou de momentos dos quais ela dizia que *“rezava para uma bomba me*

atingir, não tenho mais medo da morte” para momentos de vangloriar seus próprios obstáculos ou quando afirmava “eu gostei de passar uns dias na floresta, comecei a achar até graça quando via os outros com medo dos crocodilos durante a noite... crocodilo não avisa quando vai atacar, ele simplesmente mata. Não tinha o porquê ter medo de imaginar ele vindo jantar a gente fazendo aquele barulho todo. ”

A experiência relatada por Ref26 também reflete o papel de herói quando toda a sua história toma um sentido maior de diferença na vida de outras pessoas. Ref26 veio da Guiné Bissau e seu processo de refúgio foi, relativamente, privilegiado se comparado aos demais amigos e conhecidos dos quais não tiveram a mesma oportunidade, já que sua vinda foi realizada por meio de um voo comercial com os tramites situacional já definido.

Também por isso, e por se entender em uma situação que ela considera quase que “abençoada”, seguiu sua estadia no Brasil tentando promover e participar de debates em ONGs e universidades públicas sobre a situação de migração, asilo e refúgio. Em um dos trechos ela afirma que: *“não sabemos a capacidade do ser humano em serem incrivelmente maravilhosos ou incrivelmente cruéis até nos depararmos em situações extremas. Vi de perto a dor dos meus irmãos da África, todo dia me procuram ajuda... eu decidi ajudá-los, mas precisei ser forte antes de ser boa... porque para fechar os olhos para a maldade é muito mais fácil”*.

Ref26 se deparou com o racismo, a xenofobia e a misoginia nos primeiros meses em João Pessoa, na Paraíba. Mesmo qualificada na área de comunicação social, sentia que o mercado não iria absorvê-la da maneira que ela claramente merecia, pois em todas as tentativas de emprego percebia que: *“seu currículo é muito bom, mas precisamos de alguém que fale melhor o português brasileiro”* ou *“mas se você trabalhar aqui não teremos problema com a polícia federal? Você saiu fugida da África porque passava fome ou fez alguma besteira? ”*. Foi nesse momento que surgiu a possibilidade de atuar como modelo fotográfico em um evento, da qual a transformaria na cara da campanha sobre a luta dos refugiados no Brasil. Após um convite para participar de um desfile de escola de samba em São Paulo a respeito do tema, esta refugiada africana, a essa altura totalmente engajada na política, viu sua vida se transformar com convites para campanhas publicitárias. Ela se engajou em ações contra a exploração infantil, crimes de xenofobia e na luta pelos direitos dos refugiados africanos por meio da ONG “África do Coração”.

Compartilhando da mesma prática discursiva, Ref25 também ressaltou a ideia do papel de herói perante as diversidades. No seu relato, este jovem sírio trabalhava como

jornalista, em seu país de origem foi preso e torturado pelo grupo Estado Islâmico¹. Sua família conseguiu libertá-lo e mandá-lo para o Líbano, onde permaneceu ilegalmente por três anos, realizando trabalhos voluntários com refugiados e em parceria com instituições como a ONU. Este trabalho despertou em Ref25 a busca por um propósito; todavia, foi expulso. Entre todas as embaixadas que contatou solicitando refúgio, apenas a brasileira concedeu uma oportunidade de um recomeço.

Sua história em nosso país é vista como exemplo, pois Ref25 tornou-se uma referência ao construir uma rede de apoio e acolhimento a outros refugiados, bem como pessoas em situações de vulnerabilidade social, como de travestis, dependentes químicos e moradores de rua na cidade de São Paulo. Neste caso, ficou evidente a solidariedade entre aqueles que vivem à margem da sociedade e são vítimas da exclusão, violência e discriminação. Ele afirma que: *“o medo pode mover ou congelar a gente, para sair desse estado de inércia não basta saber que existem, evitá-los, oferecer uma moeda... são pessoas. Das quais não recebem nem um bom dia geralmente e tem muito pouco a perder.”*

Um outro papel assumido no discurso é o de vítima da situação. Obviamente, por ser um tema especialmente difícil para todos que vivenciam, a narrativa persegue a essa colocação como o difusor central das atividades, mas que, para alguns indivíduos, o posicionamento ao sofrimento é mais claro e explícito como ficou patente no fragmento de discurso de Ref30 em afirmar em diversos momentos que *“é tudo muito triste, muito sofrido... Não me sentia mais pertencendo a Venezuela, mas também não estou feliz no Brasil”* e *“a gente cansa com esse sofrimento diário, queria entender do porque isso acontece comigo”*.

Nesta análise, não nos cabe levantar nenhum julgamento de valor sobre as características apresentadas; apenas dissecá-las por meio da ACD e apreender como o comportamento percebido pelos relatos denotam outros significados ao nosso objeto de estudo, quando considerado o viés social de representatividade e reintegração dos refugiados diferentes perfis psicodemográficos à sociedade brasileira.

Ao se perceberem injustiçados e abandonados pelo poder público, houve entrevistados que asseveraram esperar ressarcimentos e reparações pelas condições

¹ Antes denominado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL) ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIIIS), é uma organização jihadista islamita de orientação salafita (sunita ortodoxa) e wahabita criada após a invasão do Iraque em 2003. O grupo opera principalmente no Oriente Médio e também é conhecido pelos acrônimos ingleses ISIS (Islamic State of Iraq and Syria) ou ISIL (Islamic State of Iraq and the Levant).

desagradáveis que vivenciaram (e muitos, continuam vivenciando). Estas expectativas e reivindicações se fizeram presentes nas falas Ref7, Ref8 e Ref15, que acusam países imperialistas, nomeadamente os Estados Unidos e países europeus como responsáveis pelas guerras em seus países de origem e, conseqüentemente, sofrimento de seus povos: *“tratam a gente como lixo, chegam, levam tudo que podem, estupram nossas mulheres e ainda temos que endeusá-los”* e também *“eu cresci cantando o hino da Bélgica, até meus 22 anos eu não sabia cantar o hino do Congo, deixamos de ser colônia apenas para enriquecer alguns daqui, mas na verdade batíamos continência para muito homem branco ainda”*.

Ao longo destas entrevistas, observou-se a atração de expressar esse sentimento de impotência causado por uma força muito maior e quase que imutável de ações, que vão desde o falecimento de suas famílias devido as guerras civis ao até mesmo o fato de quase se colocarem como uma raça ou nacionalidade inferior e que merecesse uma indenização para reparar esses males. Não só fragmentos de discurso como *“estamos presos em uma trama da qual nunca decidimos estar, não podemos fazer nada, apenas sofrer”*, na qual a seleção lexical *“nunca decidimos estar”* desvela a falta de pôr de agência; mas também em gestos de punhos cerrados, testas franzidas e postura corporal contraída, que sugeriram desconforto, angústia e sofrimento.

Ref23 e Ref24, ambos do Haiti, chegaram ao Brasil e, assim como muitos dos relatos, já expostos na prática social (Fairclough, 2008), também se depararam com uma situação diferente e frustrante ao que encontraria, principalmente em relação a oportunidades de emprego e uma nova constituição de família em comunidade. Eles afirmaram que foram atraídos e enganados por uma falsa promessa de mudança, visto que os soldados da força brasileira sempre abordavam o tema sobre o país como uma nação soberana, próspera, hospitaleira e com possibilidades de emprego tanto no campo quanto nas suas metrópoles: *“desse país só sai miséria, entra ano e sai ano é tudo que vocês vão ter... os problemas do Brasil perto do disso aqui faz da gente ser quase uma Miami. ”*

Isto é evidenciado no fragmento de discurso de Ref23, quando explica que *“para mim era bastante óbvio de que teríamos acesso, como cidadão a todos os benefícios e direitos que os brasileiros, desde saúde pública até educação, transporte e realocação no mercado de trabalho”*. Entretanto, a frustração veio quando realizaram que não seria tão fácil obter o visto de residência no Brasil, que a situação econômica do país não era boa e que eles ficaram relegados à margem da sociedade, no Acre, sem emprego, sem moradia, sem acesso ao sistema

escolar e, muitas vezes, dependentes do MSF (Médicos Sem Fronteira) para ter tratamento de saúde.

Mais uma vez o feijão revelou-se distante do sonho. Após dois anos trabalhando em subempregos ou em empregos informais, ambos ainda aguardam um posicionamento do governo, ou ao menos uma política mais organizada de adaptabilidade as pessoas que vieram do Haiti, nem que seja um custeio ou incentivo a aprendizagem ao idioma português. A narrativa destes interlocutores sempre direciona para o papel de vítima, e de que existe sempre um ator responsável por sua tragédia e também um outro responsável para sanar seus problemas, e o discurso não o deixa se encaixar como protagonista dessa mudança.

A mesma percepção se fez presente nos depoimentos dos sul-americanos. Por exemplo, Ref30 e Ref31, que fugiram da Venezuela, num comboio em direção a Lima, no Peru. De lá, atravessaram o país até alcançarem a fronteira ocidental com o Brasil (estado do Acre). Os relatos de ambos demonstram uma conotação diferente ao momento vivido, em que, apesar de percebermos o sofrimento e a situação de total vulnerabilidade experimentada, a própria fala indica elementos de seleção lexical a um drama de uma novela, corroborado pelo próprio Ref30. Ele reforça que *“foram dias que jamais pensei que pudesse sofrer tanto”*, que *“já tinha visto filmes de pessoas que tentam uma nova vida principalmente nos Estados Unidos”* e *“nunca imaginei viver um drama pior do que o mexicano em suas novelas”*. As seleções *“filmes”* e *“novelas”* denotam a intenção de romantizar o sofrimento explicitado em *“jamais pensei que pudesse sofrer tanto”*. Todavia, o desapontamento, desesperança e angústia se manifestam quando concluem que *“ao menos os mexicanos têm um final feliz, eu acho que nunca terei um”*.

Outro depoimento que se fundamentou fortemente na vitimização foi o de Ref5, uma mãe de três filhos, casada e que possuía uma vida totalmente estruturada na Colômbia, onde era artista plástica.

Durante todo seu relato é percebido o pesar em sua fala, o desespero e a amargura em não reconhecer o Brasil como sua casa, bem como não ser grata por nenhum acontecimento desde que ela e seu marido, renomado artista plástico na Colômbia, se viram obrigados a fugir, em consequência de uma ameaça direta. Conforme seu relato: *“existe uma guerra velada no país, a Colômbia sofre com combates diários por mais de 60 anos e, dentro desse cenário, eu e meu marido participávamos de um coletivo de cultura local. Esse coletivo fornecia oficina de artes, aulas de pintura e artes plásticas, aulas de dança e saraus de leitura.”*

Por ser percebido como um movimento de esquerda, contrário ao governo, os membros do coletivo foram perseguidos e ameaçados por militares e grupos paramilitares. Os idealizadores do coletivo e os principais nomes dos artesãos e voluntariados que organizavam foram brutalmente assassinados e, quando isso aconteceu, todos os outros membros foram obrigados a fugir de um dia para o outro, levando consigo o automóvel e as roupas do corpo. Ela conta que, diferente dos outros países da América do Sul, a Colômbia não tem em sua história uma alternância de poder, sendo sempre majoritariamente de direita. Então, seu povo não está acostumado a pedir nada e nem a reivindicar melhorias e condições de saúde, educação, transporte e qualquer outro serviço de maneira pública e gratuita e isso ela não via como um benefício da qual ela podia usufruir no Brasil. Sua fala está repleta de elementos que remetem à opressão sofrida; paralelamente, sua narrativa revolve sobre sua vontade de sair daqui para tentar iniciar novamente sua história. Sua desolação foi expressa no seguinte trecho de seu depoimento, “*saí de meu país por não poder ser livre e, agora, estou em outra prisão, no coração de Copacabana*”.

Este fragmento de discurso reforça a importância de diferenciarmos os refugiados de crises econômicas e das políticas. Sendo que nesta segunda categoria, há uma distinção entre os refugiados sul-americanos e os dos demais continentes. Principalmente aqueles que são engajados em movimentos socialistas, não limitam suas expectativas em construir uma vida melhor para si; mas cotejam o continente latino-americano como um todo. Neste sentido, o Brasil percebido como um país onde o socialismo estava sendo construído, governos Lula-Dilma, torna-se um pesadelo, conforme expressado na seleção lexical “*prisão*”.

Por fim, dentro da correlação entre os refugiados e os fatores das práticas discursivas temos a figura do papel do fingidor; ou seja, o interlocutor percebe que seu lugar de fala não é aquele mas tenta se adaptar por questões de sobrevivência, ou de pertencimento ou de acreditar que mereça ou que deva fazer parte daquele contexto e se julga melhor ou mais adequado em ter aquela postura previamente já definida.

Um dos exemplos capturados como resultado foi o de Ref17 cuja sua formação superior é médica e, embora seja uma residente legal no país não conseguiu exercer sua carreira devido ao fato de seu diploma não ser reconhecido no Brasil com origem palestina. Com a necessidade de se adaptar, ela retirou qualquer informação de suas redes profissionais sobre ser médica, afim de evitar que não seja considerada por destoar muito das vagas das quais poderia ter alguma chance e ser classificada como superqualificada. Ref17 já trabalhou temporariamente

em diversos setores dos quais nem exigiam ensino médio completo, mas mantém a esperança de que um dia possa reaver todo o conhecimento que adquiriu por anos e retomar seu ofício o quanto antes.

Aqui, o cerne da questão jaz em assumir um papel mascarado quando o contexto externo é uma situação de vulnerabilidade (muito presente em inúmeros casos de refugiados) torna-se muito mais comum e necessária para se traçar uma estratégia de sobrevivência (Husted, 2007). Assim, como visto no discurso de Ref4 em se aproveitou da sua cor negra para fingir ser brasileira e fugir de represália, Ref30 também conta sua experiência por ser mestiço e gay.

Ao sair da Venezuela junto com seu primo Ref31 em busca de um lugar melhor, fugindo da fome e de um governo ditatorial, Ref30 tinha planos de finalmente estar em um país teoricamente livre, sem amarras sociais que o impedissem ou o matasse por ser homossexual. Como cresceu vendo novelas e filmes que retratavam o Brasil, e em especial o Rio de Janeiro como uma cidade do mundo e um dos destinos gays mais cobiçados do planeta, tinha sonhos de viver na cidade, constituir uma família e ter dignidade em assumir sua orientação sexual. Ao chegar se deparou com um cenário a altura do que desejava, mas, ao mesmo tempo, se observou polindo suas características e tendo que reprimir alguns trejeitos e atitudes para também se encaixar na situação da que está inserido no Brasil.

Percebeu então que a imagem que ele tinha muito bem clara em sua mente era turisticamente desenhada e que, agora, ele estava imerso em um contexto totalmente diferente. Por não encontrar emprego e por ser um homem jovem, saudável, refugiado e latino os serviços que apareciam eram como auxiliar de obras ou envolto a um universo extremamente homofóbico e preconceituoso, bem parecido do que já vivera em seu país de origem.

Com medo de não ser chamado e indicado para outros serviços, seu primo Ref31 (e único parente que sabe de sua orientação sexual) insistiu algumas vezes para ele não contar isso aos outros refugiados e nem aos outros operários. Ref31, mesmo concordando que no Brasil é mais fácil ser homossexual do que em seu país de origem, percebe que a nossa sociedade discrimina a população LGBTQIA+. Ademais, os refugiados que se enquadram neste grupo sofrem discriminação de segundo grau: pela orientação sexual e pela condição legal no país.

Para Ref30, passar fome novamente aqui ou na Venezuela seria pior do que não ter um marido ou esposa; portanto, ele se resigna a não assumir sua orientação afetivo-sexual. Apesar disso, diz ainda aguardar o dia que isso não será uma preocupação. Nosso interlocutor invocou

memórias de quando vivia numa sociedade explicitamente homofóbica, em Carabobo, no interior da Venezuela, Ele tem esconde sua identidade afetivo-sexual de toda família, exceto de um primo, o que lhe causa dor, como explicitado no seguinte fragmento de discurso: *“viver essa ilusão é o que mais sei fazer desde sempre, inclusive desde que cheguei: finjo estar feliz tanto quanto finjo ter esperança”*. A seleção lexical “fingir” denota a desesperança, que permeou as falas de tantos outros entrevistados; mas, como distinguir o que diz respeito ao fato de Ref30 ser refugiado e também ser gay?

Outro relato que fortalece o posicionamento do papel de fingidor, foi o do ugandense Ref28, quando ele afirma que *“para sobreviver aqui omito alguns fatos”*. Um desses fatos que Ref28 posiciona é sobre sua religião de origem africana e muito difundida aqui no Brasil também. No geral, ele menciona que foi muito bem recebido pelos seus irmãos brasileiros de fé, que ficou emocionado em praticar diversos de seus rituais, desde que chegou no Brasil e que tinha uma expectativa de que pudesse aprender ainda mais sobre o sincretismo da umbanda em dois países distintos. Porém, em sua grande maioria, as instituições ligadas ao amparo, orientação e apoio aos refugiados nas grandes cidades brasileiras possuem um forte vínculo à igreja católica e Ref28 se sentiu constrangido em dizer que sua religião era outra e não o catolicismo.

Durante os primeiros meses, quando praticamente dependia de uma dessas instituições, frequentava as missas, se comungava na fé cristã, tinham aulas de religião e vivia dentro desse contexto. Ele afirma que não foi nenhum sacrifício e que todos era bem tratados e que respeita bastante as intenções da igreja católica, por isso, também, não considera uma tática de sobrevivência, mas que por alguns meses, hoje refletindo, se colocou em um lugar do qual preveria fingir e ser omissos.

O depoimento de R28 lembrou-nos do poeta decantado nos versos de Fernando Pessoa; ele é um fingidor; finge tão completamente, que finge sentir a dor; a dor que deveras sente.

4.4 REFUGIADOS E AS PRÁTICAS TEXTUAIS

Por fim, a última estrutura da Análise Crítica do Discurso (Fairclough) diz respeito às práticas textuais, que também foram encontradas nas entrevistas em campo.

Essa dimensão tende a observar o aspecto linguístico e textual que foram atribuídos aos relatos em si (Fairclough, 2008), objetivando a investigação em como as formas da própria língua funcionam na reprodução, manutenção e condicionamento de um aspecto social. Ou seja, sua análise consiste não apenas em transpor um sistema linguístico abstrato e suas propriedades lexicais e sintáticas, mas sim em aplicar, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, a operacionalização e transformação em favor da abordagem sociodiscursiva (Resende; Ramalho, 2006).

No âmbito dessa dimensão a ACD se propõe a desconstrução de significados não óbvios através de elementos em determinados argumentos que expõe a reprodução (ou subversão) dos discursos hegemônicos.

Segundo Fairclough (1995), o uso de mecanismos coesos nessa análise propicia a separação e identificação em dois momentos distintos durante as falas encontradas em nossa pesquisa: uma delas ainda de forma institucionalizada de ver e observar o mundo diante desse aspecto, ou seja, a forma esperada e sem surpresas de um discurso ideológico e de manutenção de poderes implícitos no funcionamento do que já se é pressuposto. A outra, focada em observar a dimensão textual baseada na linguística sistêmico-funcional de Halliday (1985) que apresenta os elementos de vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual macro, apontam aos nossos entrevistados as palavras e os discursos rebelados de uma subserviência hegemônica.

Ao revelar uma resistência em resposta ao lugar dos quais foram submetidos e estigmatizados em uma situação de refúgio, nossos entrevistados transformam esse fenômeno do qual temos como objetivo reificar através de seu discurso as experiências sofridas e as dificuldades encontradas em nosso país. Dificuldades essas que permeiam tanto os percalços para se realocarem ao mercado de trabalho quanto até mesmo para se adaptarem e se sentirem pertencidos em uma nação nem sempre hospitaleira e receptiva a todos.

O modo percebido nas escolhas das palavras de nossos interlocutores para expressar esse sentimento de resistência e libertação foi propiciado, em uma primeira instância, na conformidade e confiabilidade mútua de que seus relatos e suas vozes seriam expostas sem que houvesse nenhum compromisso em identificá-los.

Porém, nas múltiplas perspectivas de diálogos em campo, a resistência era corroborada não apenas em um sentido direto a uma ação já sofrida. Ou seja, as escolhas não eram apenas contra uma agressão física sofrida, ou a diversas situações de horror psicológico e

desumanas das quais passaram, mas sim era uma resposta que poderia contribuir com uma nova ação, com a possibilidade de haver um curso próprio através de seus relatos de que algo haveria que mudar, de que ao se expressarem e romperem essa estrutura das quais esperavam sempre deles de serem otimistas e gratos por apenas estarem vivos. A resistência e a exposição de seus verdadeiros relatos eram destinadas a afetar a ação de outros (Husted, 2007), de representar uma minoria que precisava ser ouvida e resgatada.

A resistência, no entanto, não precisa ser necessariamente violenta ou com um viés caracterizado como vingança e revanche. Inclusive, as formas mais passivas e não violentas tendem a representar um resultado mais eficaz do que a própria ação ativa e desruptiva a todo o momento (Ernst & Jensen, 2019).

A resiliência e resistência em muitos casos se mantem em equilíbrio até mesmo como uma tática de sobrevivência, que, no geral, é muito mais presente nas mulheres ao comparar aos homens dos quais mensuramos.

Ref15, por exemplo, disse que ainda é uma mulher mulçumana e respeitadora de suas crenças e que, ao chegar no Brasil, teve que se adaptar sobre algumas vestimentas, sobre a forma de estar inserida em um outro ambiente, com outros costumes e preconceitos a sua religião. Porém, ao respeitar o outro e tentar impor o seu respeito é um ato de resistência, por mais que ambos tenham que ceder de cada lado. A adaptação externa deve ser trabalhada para que seja conectada e não transformada por completo, conforme declarado no seguinte fragmento de discurso, *“fingir que está tudo bem, que existem pessoas diferentes de nos faz parte de uma sociedade evoluída desde que seja respeitado o nosso interior. Entender e respeitar nossos limites internos e mantê-los, nesse caso, é a coisa mais inteligente a se fazer”*.

A resistência esteve presente em quase todos os discursos analisados em nosso universo de pesquisa no campo, o relato de Ref5 é caracterizado muito mais do que uma afirmação de sua nacionalidade, mas uma luta velada de resistência a sua humanidade e suas características que deveriam ser mantidas e valorizadas. Ela aborda com um certo pesar que, apesar de ser orgulhosa de sua nacionalidade (Colômbia) e de querer também ser lembrada por isso, não necessariamente expor isso como uma forma óbvia traria respeito a ela como uma cidadã colombiana no Brasil. Ela critica o fato de que, para muitos refugiados, uma das formas mais aceitas de você conseguir uma fonte de renda é “vestir a camisa” totalmente dessa condição, e começar a ser uma caricatura exata do que esperam de você seja.

Ref5, em seu discurso, faz uma comparação clássica e analítica sobre nos imaginarmos tendo que sair do Brasil para ser refugiado em outro país e, ao chegar lá, termos

como opção abrir um pequeno negócio nas ruas para vender caipirinha, ou nos vestir com plumas e sambar de salto alto, ou ficar fazendo embaixadinhas em troca de moedas. O vazio que ela já sentia ao deixar forçadamente a Colômbia era quase que fatal à sua capacidade de seguir, e quando se viu a um passo de parar de ser uma artista plástica, de pintar seus quadros, para vender artesanato colombiano ela se deu conta de que a vida não teria mais sentido. Sua resistência, apesar de pacífica, não veio atribuída a nenhum elemento que configurasse seu espaço de origem, mas veio junto de sua atitude em manter-se como uma refugiada – por condição – mas com suas habilidades, talentos e trajetória de vida fieis ao que era exercida anteriormente. Mesmo que suas obras estivessem sendo vendidas com o preço abaixo do que ela achava que deveria em terras brasileiras, sua condição de continuar trabalhando com o que de fato ela escolheu fazer era um privilégio e ao mesmo tempo a motivação diária para ela seguir resistindo.

A escolha da investigação dos resultados das entrevistas através da ACD propiciou então aos nossos interlocutores tornarem suas experiências através de seus relatos em algum visível e mensurável. Ou seja, os seus traços psicodemográficos direcionaram e influenciaram não somente as percepções como também a narrativa e a forma da qual eles expressavam seus sentimentos e angústias. Ao compartilharem seus feitos e suas frustrações ao serem introduzidos em um novo país, puderam resenificar, inclusive, violências e episódios dos quais sofreram em busca de um lugar de pertencimento social e de inserção ao mercado trabalho.

Reconhecemos, portanto, que, com a utilização dessa metodologia, os mecanismos que reforçam e legitimam essa invisibilidade e destoam a visão da realidade para a maioria das pessoas em situação de refúgio são temporariamente quebrados. As próprias reflexões críticas no processo do qual se encontram hoje no Brasil as fizeram identificar que, sob o manto da romantização de um país caloroso e de um povo hospitaleiro, existem estruturas que organizam e replicam um ambiente de discriminação de gênero, de raça, de religião, orientação sexual e de tez da pele.

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Diante dos resultados encontrados em nossa pesquisa de campo obtido através da Análise Crítica do Discurso, confirmamos como retratado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL, 2019) que a extrema pobreza e os conflitos político-ideológicos tem sido um dos fatores que estão sendo considerados como busca de refúgio e asilo em outras nacionalidades, principalmente na América Latina.

Além disso, para os refugiados da África Europa e Ásia o principal incentivo em busca de um novo recomeço ainda está pautado nas divergências civis em seus territórios, com grande influência nas zonas de guerras, de alto poder bélico, destrutivo e pautado no extremismo religioso e nacionalista. Podemos identificar essas questões em totalidade aos nossos entrevistados.

Em todos os discursos apresentados, a legitimidade exposta por Soares (2011) em apresentar a estrutura de fases da qual aponta como a primeira delas a mais problemática aos refugiados se faz presente. A quebra da barreira física e geográfica somado ao fato de que, para muitos, devem ainda lutar pela sua sobrevivência, torna esse momento crucial ao psicológico dos envolvidos. Romper essa barreira é o que faz de muitos manterem o sentimento de gratidão e agradecimento ao lugar que foram acolhidos. As falas de Ref4, Ref25, Ref26 e Ref29 por exemplo são carregadas de sentimentalismo quando pensam no Brasil de imediato, e muito disso conferido ao fato de que suas realidades, mesmo que em seus próprios países, eram totalmente adversas e esperavam encontrar em outra nação todo o básico que agora já faltavam a eles.

Eles idealizavam o Brasil como sendo uma nação de referência aos refugiados ou solicitantes de asilo, conforme reiterado por Sprandel (2003) por garantir direitos básicos a essas pessoas, como tratamento médico gratuito pelo SUS, ajuda de custo governamental para locomoção em transporte público e educação fundamental e superior também a seus filhos quando necessário, e isso é confirmado nos relatos de Ref3, Ref4 e Ref5 que percebiam a importância de estarem em uma nação que olhassem por eles em um primeiro momento e que entendiam que eles precisavam de um suporte para que pudessem se estruturar. Conforme Santos (2006), quando a pessoa é inserida em um ambiente do qual não ajudou a construir, um ambiente do qual não se reconhece e nem fez parte da história, é natural que o sujeito passe por um processo de alienação, mas que deve ser estimulado um ideal de pertencimento, visto que

após esse impacto inicial, ele cede ao processo de entendimento e se recupera para uma identidade da qual parecia ter sido perdida para sempre.

Através dos dados obtidos por Ref5, Ref30 e Ref31, por exemplo, reforçam o entendimento apresentado por Gabriel Bonis (2017), onde muitos países, assim como a Colômbia e Venezuela, não apresentam de forma clara o reconhecimento dos termos e direitos assegurados no intuito de que os efeitos de uma crise migratória social e econômica sejam amenizados. Cada nação apresenta suas leis ao que tange aos imigrantes da forma que mais lhe apresente pertinente ao seu território, porém, quando o indivíduo é enquadrado como um refugiado os governos signatários têm a obrigação de respeitar, também, as leis internacionais. Porém, em muitos casos, o Brasil expõe suas deficiências quando a demanda sobrepõe ao que era previsto em condições controladas, principalmente ao movimento crescente na região norte, onde os discursos tabulados confirmam o despreparo dos órgãos oficiais para a regularização sanitária e humanitária das regiões de Roraima, Acre e Amazonas.

A visão do Brasil como um ótimo anfitrião, que possui uma legislação efetiva e orgulhosa a respeito de imigrantes e refugiados começa a ser contestada pelo caráter preconceituoso (Milesi, 2018). De fato, maus-tratos, ataques físicos e verbais de cunho xenofóbico e, não raramente, misógino, racista e homofóbico refletem uma nova configuração social do país, fruto de um governo autoritário e discriminador, que tem intensificado o controle policial da fronteira com a Venezuela para conter o fluxo migratório.

O direcionamento de nossas entrevistas foi essencial para que nosso objeto de estudo estivesse confortável e relatasse sobre como sua experiência transborda a nossa situação-problema. Ou seja, em analisar como suas características sociais e situacionais como refugiado implicavam aos entraves de realocação no mercado de trabalho no Brasil. Os relatos de Ref1 e Ref17 fortalecem o aplicado por Zikic (2015) onde mesmo tendo uma educação superior e experiência no seu ramo, sua posição no Brasil permanece como uma mão de obra não aproveitada, também visto em Dietz (2010), que associam aos migrantes e refugiados uma menor capacitação e consequentemente não merecem reconhecimento ou posições de destaque se comparados aos seus nacionais.

Muitos refugiados são obrigados a migrar de profissão para adaptar-se ao que sua nova realidade possa oferecer, com subempregos e atividades periféricas que, ainda segundo Zikic (2015) levam ao um desperdício cerebral que poderia ser útil as economias locais, com uma visão diferenciada de mercado e nação sobre o mesmo tema de especialização. Mas, ao invés

disso, e pautada no discurso xenofóbico e limitador ao chegarem ao Brasil, muitos assumem um papel com instinto de sobrevivência e destoam de sua formação inicial para permanecerem em uma situação de conformidade e medo, limitados ao que suas condições permitem realizar, fingindo pertencer a uma sociedade local em costumes e crenças, em detrimento de suas raízes. Isso é reforçado para carreiras cujo o protecionismo é exercido fortemente por órgãos licenciados para determinadas profissões como contadores, médicos e advogados, que explicitamente impedem que refugiados e migrantes as exerçam (Al Ariss, 2013).

Nos relatos de Ref1 e Ref17, ao aceitarem os subempregos mesmo diante de uma qualificação que permitiria a ascensão em suas áreas de carreira, dialoga com o descrito por Teixeira (2019). A autora expõe claramente o que nossos entrevistados capacitados relataram ao se depararem ao voltar para o mercado, onde os entraves apresentados pelos empregadores estão suportados em uma escassez política de reconhecimento de mão de obra estrangeira propiciada aos cidadãos em situação de refúgio.

Essa visão deturbada ao não aproveitamento desses profissionais induz ao aumento dos indicadores do trabalho informal e todos os problemas associados a essa realidade, que podem também ser afetadas pelo crescimento do medo e da ferida a soberania pessoal do indivíduo (Feldman-Bianco, 2015); ou seja, além de sua vida e privacidade ser atacada de forma completa e por todos os lados, precisam comprovar independentemente da justificativa da sua solicitação de refúgio, que não estão migrando para afetar a estrutura econômica local, em desconfianças disfarçadas por meio de processos exaustivos e burocracias extensas sem garantia de sucesso.

De acordo com Legrand (2018), ele apresenta as barreiras invisíveis por detrás das empresas dos países anfitriões dos quais estabelecem requisitos desfavoráveis para entrada e para o progresso no mercado de trabalho. Essas barreiras disfarçadas de requisitos por muitas vezes são direcionadas, com a justificativa de que o cargo a ser preenchido necessita de conhecimento prévio sobre a empresa, ou que seja necessária a língua nativa a do país em questão.

Nossa pesquisa sugere que, de fato, segregação inicial existe e que, no limite serve para mascarar o preconceito contra os refugiados; já que, mesmo aqueles, oriundo da África lusófona (como Ref10) não tiveram sua entrada no mercado de trabalho facilitada.

Reforçando a característica da língua com o viés nativo, Ref10 se apropria do discurso de Hosoda (2012) que analisa a situação xenofóbica a percepção de sinais de não-pertencimento

na fala, ou seja, o sotaque e a acentuação caracteriza o diferente, sendo esse, a depender de onde a ligação aponta a origem, caracterizando sua posição com aspectos de desvantagens relevantes.

Além das barreiras de linguagem e idioma, Model e Lin (2002) aponta a discriminação racial frequentemente sendo percebida em diversos acontecimentos no mundo quando tratamos de inserir novamente essa mão de obra ao mercado de trabalho. Visto isso, um fato marcante no relato de Ref4 apresenta essa característica de forma inversa, mas tão preconceituosa quanto. Ao vender quentinhas na praia de Copacabana, pelo fato de ser negra, não sofreu resistência dos consumidores brasileiros como era vista pelos seus amigos venezuelanos na mesma situação, justamente porque fisicamente ela era tida como brasileira. Esse benefício, nesse momento, nada mais esconde nossa civilidade culturalmente escravocrata e racista, onde aceitamos que um vendedor de quentinhas na rua seja pobre e negro, percebido com naturalidade e sem gerador de espanto ou críticas das quais mereça atenção ou comoção entre nós.

Ainda sobre o aspecto da cor da tez, o Brasil desmonta o conceito de democracia racial (Chauí, 2000; Franco, 2011) nos relatos obtidos nessa pesquisa. Esse conceito foi essencial para classificarmos nossa nação como receptiva, livre de amarras preconceituosas e pautada na construção de uma sociedade civil que preza pela união de seus compatriotas e descendentes. Apesar de muito utilizarem sua raça a favor como um fingimento ao pertencer brasileiro, essa ação comprova que, nesse sentido, ao fazer parte da comunidade, você está se unindo aos demais marginalizados brasileiros que, ainda assim, ao identificarem refugiados negros em sua mesma escala social, os mesmos eram ameaçados e diminuídos por essas pessoas.

Conforme explicitado por Fang (2013) em sua análise em observar que no Canadá, um país que assim como o Brasil possui um imaginário de ser um anfitrião e incentivador de mão de obra estrangeira, apresenta também características xenofóbicas ainda durante seu processo de contratação. Ref12, Ref24 e Ref26, por exemplo, descrevem em seus relatos que apesar de terem as qualificações exigidas nas vagas expostas no *Linkedin* e demais sites de empregos, não coincidentemente eram chamadas apenas para as seleções das quais o empregador não haviam visto suas fotos.

Em uma entrevista em especial, Ref26 menciona que enviou o currículo diretamente a uma empresa somente com seus dados, formação acadêmica e experiência profissional e, ao chegar na recepção, viu outras meninas aguardando sentadas e fez o mesmo. Ao final, percebeu que todas já haviam sido chamadas e ouviu, no final do dia, a recepcionista conversar com o

responsável pela vaga de que Ref26 (mencionando o nome) havia faltado. As pessoas ali envolvidas foram incapazes de associar que aquele currículo capacitado poderia pertencer a uma mulher negra e fora do contexto daquela realidade, e que ela estaria ali sentada, esperando para ser atendida, por qualquer outro motivo que não fosse aquele.

A discriminação religiosa, principalmente a relacionada aos países do Oriente Médio e África vinculadas ao Islamismo e a Umbanda, respectivamente, foi reafirmada em nossos dados. Model e Lin (2002) aponta que o cenário político-social interfere na generalização dos fatos criando uma associação direta a máxima percebida entre o bem e o mal, sendo essa tudo que seja diferente ou fora dos padrões que constituem seu país ou a sociedade da qual gostaria que fosse pertencido. Os discursos de Ref17, Ref24 e Ref28 exemplificam claramente a literatura apontada ao compartilharem conosco as situações das quais tiveram que mentir quanto as suas crenças e o quanto foram humilhados por utilizarem algum símbolo característico de seus rituais, seja ele uma vestimenta mais típica e de relação direta ou até mesmo uma simples fala e menção a um Deus específico, diferente do cristão.

Por outro lado, na nossa pesquisa, a questão de contradiz a proposta de Kimmel (1994), que se baseia que apenas os homens são os provedores e mais adaptáveis a condições extremas e de rompimento familiar. A rigor, principalmente as mulheres sul-americanas demonstraram-se resiliente e empreendedoras. Todavia, encontramos evidências que sustentam o entendimento de Knappert, Kornau e Figengül (2018), que apontam que as mulheres refugiadas sofrem desvantagens para se inserirem no mercado de trabalho e que, não raramente, se veem relegadas ao trabalho informal de venda de alimentos e artesanatos. Esta situação de desprestígio é acompanhada, não raramente, de abusos emocionais e sexuais, as quais os homens, principalmente os heterossexuais, tendem a não estar expostos.

Knappert, Kornau e Figengül (2018, ao analisarem esse comportamento oferecido às mulheres refugiadas no Brasil, argumentam que há uma estreita correlação com a nossa estrutura social de cunho patriarcal, a qual desqualifica as mulheres e naturalizam os comentários e comportamentos misóginos.

Todavia, este não é um privilégio das refugiadas, dados que pesquisas sugerem que o mesmo ocorre no ambiente corporativo brasileiro, em maior ou menor proporção, com as mulheres de todas as raças, idades, orientação sexual, que ainda enfrentam o teto de vidro e percebem um salário menor do que seus pares masculinos, que exercem a mesma função ((Hryniewicz; Vianna, 2018).

De acordo com Mor Barak (2015), a presente pesquisa reforça que esse movimento de gênero patriarcal e de entraves ao mercado para os refugiados vai contra ao processo básico da economia criativa, visto que a mesma necessita de um ambiente plural e de inclusão. No entanto, essa inclusão no ambiente de trabalho no Brasil ainda se encontra engessada, replicando através do comprometimento organizacional uma estrutura que agrupa pessoas iguais e homogêneas e exclui outros insights provenientes de relacionamento quanto ao gênero, aos refugiados, aos imigrantes, aos diferentes grupos raciais, étnicos e religiosos.

6. IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

Quais são as implicações deste estudo?

Antes de mais nada, é fundamental que resgatemos os fatores limitadores desta pesquisa. O primeiro foi a relutância das instituições que trabalham com os refugiados, a nos cederem acesso as suas instalações e assistidos, para que efetuássemos o trabalho de campo. Este empecilho foi contornado com uma carta da FGV-EBAPE solicitando o acesso do pesquisador e explicitado o código de ética que pauta as pesquisas da instituição. O segundo fator foi a comunicação com os nossos interlocutores, tanto por sua fluência em português, quanto por seu receio em confiar a um estranho suas particularidades e experiências tão traumáticas. A reação inicial, visivelmente, era entendida pelo fato de temerem ser expostos e prejudicados pelos seus relatos e sofrerem algum tipo de retaliação em uma realidade da qual não se sentiam fazendo, ainda, como parte.

Outra limitação também identificada está relacionada ao número de participantes. Pois mesmo havendo um número considerável da qual entendemos ter alcançado a saturação do campo (confirmado pelo resultado encontrado em exaustão nos discursos), poderíamos ter realizado mais contatos com refugiados de outros estados brasileiros. Conseguimos organizar um grupo que transmitiu visões expressivas em nossas análises mesmo se tratando de pessoas heterogêneas, mas que foi prejudicado com o aumento dos casos de coronavírus no Brasil, que ocasionou o distanciamento social e a mudança da realidade para diversas pessoas no país. Em fase de campo, tivemos ao menos três candidatos agendados para as entrevistas que desistiram em decorrência da pandemia: dois por falecimento de amigos e parentes e outro por estar de fato com a doença. Todos eles não retornaram meu pedido para remarcar nossa conversa em datas futuras.

Nesse trabalho, revelamos como os refugiados residentes no Brasil se apresentam e convivem diante da microdinâmica da qual foram inseridos. O retorno das ações e da forma com que as percebem é mutável mediante os perfis sociodemográficos.

Foi exposto a desconstrução da hospitalidade do brasileiro como sendo um grande chamariz a todos a que queiram pertencer a nossa sociedade. Apresentando um viés pautado na democracia racial sob os olhos dos refugiados dos quais entrevistamos e a reafirmação de uma estrutura social no modelo patriarcal de moralidade. Esses entraves criam barreiras a serem

superadas que vão além dos obstáculos físicos e geram, fortemente em nosso objeto de estudo, codificações sociais difíceis de serem decifradas.

Diante desse comportamento social, as relações entre os brasileiros e os refugiados aqui presentes acabam por definir tipos de normas de dominação, confiando e mantendo a centralização do poder aos mesmo atores que comandam a arena social e definindo o como e o porquê de quem deve manter-se subordinado dentro dessa estrutura.

As três dimensões do modelo tridimensional de Fairclough (2008), metodologia da qual foi utilizada para analisar nossa base de dados captadas em campo, sugeriram que todo o contexto da prática do discurso pode apresentar sinais comportamentais que desencadeiam em análises sociais que estávamos buscando. A escolha de uma possível construção sintática (prática textual) tem origem por meio da forma como os interlocutores se representam ou de uma ação ou uma atividade específica que o define (discursiva prática), da qual também é regulada por relações de poder e ideologias que estruturam a sociedade (prática social).

Assim posto, finalmente ao analisar as diferenças psicodemográficas entre os refugiados, podemos identificar os desafios presentes para o governo brasileiro, para a academia e para a sociedade envolvida.

Em relação a academia, em expor a necessidade da tratativa sobre o tema de que os refugiados não são um grupo homogêneo e não devem ser identificados, analisados e classificados como tal. A prática dessa conduta comprometeria os estudos e prejudicaria os indicadores e os resultados das pesquisas realizadas.

O governo nacional deve reconsiderar as atuais políticas públicas voltadas aos refugiados na expectativa de atender a essa demanda considerando suas particularidades ao que envolve suas nações de origem, culturas, gênero e demais classificações sociais quanto a integração local. A agilidade nos processos de reconhecimento de cidadão e visto de residência, evitando a marginalização dos mesmos durante esse período e criando uma dependência custosa e não eficaz ao Estado. Essa falta de gerência infere diretamente aos indicadores de subempregos e de impossibilidades no mercado de trabalho a esse grupo.

Por fim, ao que envolve a sociedade brasileira, deve haver um maior entendimento e conformismo as mudanças sociais provocadas pela evolução social, não somente em relação aos refugiados, como também aos diversos grupos denominados minoritários – indígenas, mulheres, negros, LGBTQIA+, não-cristãos – no intuito de conceder estruturas realmente

consolidadas para a construção de uma nação que respeita a sua pluralidade e beneficia dessa heterogeneidade para o desenvolvimento econômico e social.

Como sugestão de trabalhos futuros recomenda-se um maior tempo dedicado a pesquisa de campo, que forneça a possibilidade de aumentar o escopo estudado e entender se os fenômenos encontrados nesse resultado denota as mesmas características em todas as regiões brasileiras. As políticas públicas também merecem um maior entendimento e aprofundamento ao tema pois, apesar do Brasil ser um país com uma regulamentação modelo na América do Sul e à frente de muitos países desenvolvidos, na prática a estrutura utilizada não é favorável para todos os âmbitos problemáticos aos refugiados que aqui habitam. A burocratização nos processos de reconhecimento de habilidades profissionais para estrangeiros de determinados países, a falta de controle e organização do poder federal para lidar com a crise gerada nos estados do Norte e a ausência de incentivos junto das empresas privadas na capacitação e contratação dessa mão de obra, são situações das quais foram expostas nessa pesquisa e que poderiam ser exploradas com um foco maior devido a sua complexidade e relevância.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAKER, David A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de Marketing**. 2ª. Tradução: Reynaldo, 2009.

AARTS, Bas; BAUER, Martin. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**, 2002.

ACNUR: **Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo**. 2019. Disponível em: acnur.org/wpcontent/uploads/2019/02/CARTILHAACNUR2019.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2020.

AL ARISS, Akram, et al. **Understanding career experiences of skilled minority ethnic workers in France and Germany**. *The International Journal of Human Resource Management*, 2013, 24.6: 1236-1256. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09585192.2012.709190>. Acesso em: 06 de jul. de 2020

ALVESSON, Mats., ROBERTSON, Maxine. Organizational identity: A critique. In Pratt, M. G., Schultz, M., Blake, E. A., Ravasi, D. (Eds.), **The Oxford handbook of organizational identity**. Oxford: Oxford University Press, 2016. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PVn0DAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA160&dq=ALVESSON,+Mats.,+ROBERTSON,+Maxine.+Organizational+identity:+A+critique.+In+Pratt,+M.+G.,+Schultz,+M.,+Blake,+E.+A.,+Ravasi,+D.+\(Eds.\),+The+Oxford+handbook+of+organizational+identity.+Oxford:+Oxford+University+Press,+2016.&ots=v9OPC9CWTY&sig=qCScGZR8SftZzIgPWcURmTdZiPc#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PVn0DAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA160&dq=ALVESSON,+Mats.,+ROBERTSON,+Maxine.+Organizational+identity:+A+critique.+In+Pratt,+M.+G.,+Schultz,+M.,+Blake,+E.+A.,+Ravasi,+D.+(Eds.),+The+Oxford+handbook+of+organizational+identity.+Oxford:+Oxford+University+Press,+2016.&ots=v9OPC9CWTY&sig=qCScGZR8SftZzIgPWcURmTdZiPc#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 08 de dez. de 2020

BIGNAMI, Rosana. **A imagem do Brasil no turismo: construção, desafio e vantagem competitiva**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

BOJE, David M. **The storytelling organization: A study of story performance in an office-supply firm**. *Administrative science quarterly*, p. 106-126, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2393432?seq=1>. Acesso em: 21 de nov. de 2020

BONIS, Gabriel. **Refugiados de Idomeni: o retrato de um mundo em conflito**. 1ª Ed. São Paulo: Hedra. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187982>. Acesso em: 08 de abr. de 2020

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?user=d_lp40IAAAAJ&hl=pt-BR&scioq=BOURDIEU,+Pierre.+A+domina%C3%A7%C3%A3o+masculina&oi=sra. Acesso em: 20 de jul. de 2020

BRASIL. **Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em 10 de jun. de 2020

BRASIL. **Decreto nº 98.602, de 19 de dezembro de 1989**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99757.htm. Acesso em 10 de jun. de 2020

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm. Acesso em: 10 de jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 15 de jun. 2020.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. **O significado de raízes do Brasil**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif482-105-108.pdf>. Acesso em 15 de nov. de 2020.

CEPAL. **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe**. 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/datos-y-estadisticas>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

CHAUÍ, Marilena. O mito fundador do Brasil. **Folha de São Paulo, São Paulo**, v. 26, 2000. Disponível em: http://www.appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/19_1.pdf#page=21. Acesso em: 18 de nov. de 2020

CONARE. Comitê Nacional para Refugiados. **SNJ, SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA** . Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio> . Acesso em: 20/02/2020

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. In: Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2010. p. 296-296. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-695513?lang=fr>. Acesso em 16 de out. de 2020

DE SOUZA, Mayara Castro. **REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DO CORPO NEGRO REFUGIADO NO BRASIL**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

DIETZ, Joerg. **Introduction to the special issue on employment discrimination against immigrants**. Journal of Managerial Psychology, v. 25, n. 2, p. 104-112, 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02683941011019320/full/html>. Acesso em: 12 de jul. de 2020

DYKSTRA-DEVETTE, Tiffany A.; CANARY, Heather E. Crystalline empowerment: Negotiating tensions in refugee resettlement. **Organization Studies**, v. 40, n. 3, p. 323-342, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840617747922>. Acesso em 14 de nov. de 2020

ERNST, Jette; JENSEN SCHLEITER, Astrid. Organizational identity struggles and reconstruction during organizational change: Narratives as symbolic, emotional and practical glue. **Organization Studies**, p. 0170840619854484, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840619854484>. Acesso em: 23 de nov. de 2020

FANG, Tony et al. **Liability-of-foreignness effects on job success of immigrant job seekers**. Journal of World Business, v. 48, n. 1, p. 98-109, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1090951612000478>. Acesso em: 10 de maio de 2020

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity press, 1992. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0957926592003002004>. Acesso em: 21 de nov. de 2020

FAIRCLOUGH, Norman. (1995a) **Critical Discourse Analysis**. London: Longman. 1995. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_M6_vlCavegC&oi=fnd&pg=PA25&dq=fairclough+1995&ots=IGMkjvIUvE&sig=RiWtWw4PAOfMc0rbDyjRz2QAuBk#v=onepage&q=fairclough%201995&f=false. Acesso em: 22 de nov. de 2020

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=QnQbw5EyPREC&oi=fnd&pg=PR11&dq=fairclough+2008&ots=fixtPdyWsr&sig=jjdP6Pmk6vwTPd5iTSEUZ4WfxUU#v=onepage&q=fairclough%202008&f=false>. Acesso em: 22 de nov. de 2020

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do Estado**. Ciência e Cultura, v. 67, n. 2, p. 20-24, 2015. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252015000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 12 de abr. de 2020

FRANCO, Renata Guimarães. Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao Brasil de Todos: **Identidade Nacional e sociedade no Brasil independente**: From Brazilian Historical and Geographic Institute to Brazil of All: National Identity and Independent Society in Brazil. Perspectivas-Journal of Political Science, 2011, 7: 61-79.

GOLETS, Anastasiya. **A percepção do Brasil como destino turístico: a novela brasileira no Leste Europeu**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35031>. Acesso em: 16 de nov. de 2020

HOSODA, Megumi; NGUYEN, Lam T.; STONE-ROMERO, Eugene F. **The effect of Hispanic accents on employment decisions**. Journal of Managerial Psychology, v. 27, n. 4, p. 347-364, 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02683941211220162/full/html>. Acesso em: 10 de abr. de 2020

HALLIDAY, Terence C. Knowledge mandates: collective influence by scientific, normative and syncretic professions. **British Journal of Sociology**, p. 421-447, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/590459?seq=1>. Acesso em: 29 de nov. de 2020

HAMID, Sônia Cristina. **(Des) integrando refugiados: os processos do reassentamento de palestinos no Brasil**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11954>. Acesso em 14 de dez. de 2020

HARDY, Cynthia; PHILLIPS, Nelson. No joking matter: Discursive struggle in the Canadian refugee system. **Organization Studies**, v. 20, n. 1, p. 1-24, 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840699201001>. Acesso em: 16 de nov. de 2020

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 331-344, jun. 2018.

HUSTED, Bryan W. Agency, information, and the structure of moral problems in business. **Organization Studies**, v. 28, n. 2, p. 177-195, 2007. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840606067990>. Acesso em: 29 de nov. de 2020

IRIGARAY, Hélio; SARAIVA, Luiz Alex; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional**. Revista de Administração Contemporânea, v. 14, n. 5, p. 890-906, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552010000500008&script=sci_arttext. Acesso em: 06/01/2021

IRIGARAY, Hélio; VELLASQUEZ, Flávio; ANDERSON, Renata; FILARDI, Fernando; **Seu lar, meu refúgio: sobre o que ser um refugiado no Brasil**. Cadernos EBAPE, 2021, no prelo.

IRIGARAY, Hélio; Fontoura, Y.; CELANO, A.; & MAHER, R. (2021) **For the English to see: a postcolonial perspective**. Organizational Studies, 2021, no prelo.

KIMMEL, Michael S. Homophobia, Masculinity. Fear, shame, and silence in the construction of gender identity. **Theorizing masculinities**, 1994, 5: 213-219.

KNAPPERT, Lena; KORNAU, Angela; FIGENGÜL, Meltem. **Refugees' exclusion at work and the intersection with gender: Insights from the Turkish-Syrian border**. Journal of Vocational Behavior, v. 105, p. 62-82, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0001879117301392>. Acesso em: 16 de abr. de 2020

LEGRAND, Celine; AL ARISS, Akram; BOZIO NELOS, Nikos. **Migrant CEOs: Barriers and strategies on the way to the top.** *European Management Review*, 2018., Disponível em: <https://doi.org/10.1111/emre.12166>. Acesso em: 08 de jul. de 2020

MARTIM, D, GOLDBERG, A.; SILVEIRA C. **Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural.**, Revista Saúde Soc. São Paulo, v.27, n.1, p.26-36, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v27n1/1984-0470-sausoc-27-01-26.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2020

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Refúgio em números.** Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros> - 4ª edição do Refúgio em Números.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. **Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual.** *AEDOS*, 10.22: 53-70, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/83376/49791>. Acesso em: 07 de jun. de 2020

MODEL, Suzanne; LIN, Lang. **The cost of not being Christian: Hindus, Sikhs and Muslims in Britain and Canada.** *International Migration Review*, v. 36, n. 4, p. 1061-1092, 2002. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1747-7379.2002.tb00118.x?casa_token=mPBfSrfZfbEAAAAA%3ANOb4OA9aIjGTUXdMEa9f7GxsdxP76KBfT6Uy7DyDGgnlA9xkqMNHMOtEKw0VUKHQ6Qfd1PCTkCQIgW&. Acesso em: 09 de jul. de 2020

MOR BARAK, Michàlle E. **Inclusion is the key to diversity management, but what is inclusion?** *Human Service Organizations: Management, Leadership & Governance*, 2015, 39.2: 83-88. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23303131.2015.1035599>. Acesso em: 09 de jun. de 2020

MOREIRA, Julia Bertino. **A problemática dos refugiados na América Latina e no Brasil.** *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 4, n. 7, p. 57-76, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Julia_Bertino_Moreira/publication/268287413_A_Problematica_dos_Refugiados_na_America_Latina_e_no_Brasil/links/575ed12608aec91374b40630/A-Problematica-dos-Refugiados-na-America-Latina-e-no-Brasil.pdf Acesso em: 13 de ago. de 2020

MOULIN, C. **Protection and vulnerability in urban contexts: the case of refugees in Rio de Janeiro**. Hasow Humanitarian Action in Situations Other Than War. Discussion, Paper 6, September 2013. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.404.3942&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 de jul. de 2020

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NGUYEN, Mimi Thi. **The gift of freedom: War, debt, and other refugee passages**. Duke University Press, 2012. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1BB1nigKyz4C&oi=fnd&pg=PR7&dq=NGUYEN,+Mimi+Thi.+The+gift+of+freedom:+War,+debt,+and+other+refugee+passages.+Duke+University+Press,+2012.&ots=1C_swy_Fg4&sig=MyzMJJhBnXW8Xh2oXvDQ-k0WQ_U#v=onepage&q=NGUYEN%2C%20Mimi%20Thi.%20The%20gift%20of%20freedom%3A%20War%2C%20debt%2C%20and%20other%20refugee%20passages.%20Duke%20University%20Press%2C%202012.&f=false. Acesso em: 22 de nov. de 2020

OLIVIUS, Elisabeth. Constructing humanitarian selves and refugee others: gender equality and the global governance of refugees. *International feminist journal of politics*, v. 18, n. 2, p. 270-290, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616742.2015.1094245>. Acesso em: 14 de mai. de 2020

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RORAIMA (Estado). **Procuradoria Geral do Estado. Ação Civil Originária de 12 de abril de 2018**. Pedido de Tutela Provisória. ACO 3121. Disponível em: www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5437155. Acesso em: 10 de jul. de 2020

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=JRvh0ebaIXoC&oi=fnd&pg=PT14&dq=SANTOS>. Acesso em: 11 de jul. de 2020

SOARES, Carina de Oliveira. **A proteção internacional dos refugiados e o sistema brasileiro de concessão de refúgio**. *Jornal Âmbito Jurídico*. v.16, n. 88, p 1-6. 2011. ROSA, Renata. As contradições da política migratória brasileira contemporânea: algumas reflexões a respeito das

políticas públicas para os migrantes haitianos. Política migratória e o paradoxo da globalização. EDIPUCRS. 2015.

SPIEGEL, Paul B. et al. Necessidades de cuidados de saúde das pessoas afetadas por conflitos: tendências futuras e estruturas em mudança. **The Lancet**, v. 375, n. 9711, p. 341-345, 2010.

SPRANDEL, Márcia Anita; MILESI, Rosita. O acolhimento a refugiados no Brasil: histórico, dados e reflexões. **Refugiados: Realidades e Perspectivas. Brasília:** Loyola, p. 119-121, 2003. Disponível em: <https://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/572/752>. Acesso em: 13 de jul. de 2020

TEIXEIRA, A. C. C.; BOURRY, E. C. M. S.; Daniela Balog; Bianca Sá. **REFUGIADO OU MARGINALIZADO? A PERCEPÇÃO DOS REFUGIADOS SOBRE SUA CARREIRA NO MERCADO DE TRABALHO CARIÓCA.** In: Encontro Anual da ANPAD, 2019, São Paulo. Anais do Encontro Anual da ANPAD, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Fqg3DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT17&dq=TUAN>. Acesso em: 11 de jul. de 2020

TURNER, Richard; EDITORES DE MEDICINA PLOS. **Migrantes e refugiados: Melhorando a saúde e o bem-estar em um mundo em movimento**. 2019: e1002876. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1002876>. Acesso em 12 de jul. de 2020

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:IF00LkOuctoJ:scholar.google.com/+vergara+delimita%C3%A7%C3%A3o+pesquisa&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 06/01/2021

ZIKIC, Jelena. **Skilled migrants' career capital as a source of competitive advantage: Implications for strategic HRM.** *The International Journal of Human Resource Management*, 2015, 26.10: 1360-1381. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09585192.2014.981199>. Acesso em: 09 de jul. de 2020

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1) Qual seu nome, idade e país de origem?
- 2) Quais eventos foram cruciais pela decisão de sair de seu país?
- 3) Porque escolheu o Brasil como refúgio?
- 4) Conte-me sobre sua rotina como refugiada no Brasil.
- 5) Você já sofreu algum tipo de preconceito por conta de sua condição aqui?
- 6) Sobre o mercado de trabalho no Brasil, você percebe como inclusivo ou exclusivo aos refugiados? Qual sua percepção?
- 7) Você já vivenciou alguma diferenciação de tratamento em relação aos brasileiros que concorriam as vagas ou realizavam o mesmo trabalho que você?
- 8) Você indicaria alguém que esteja disposta a colaborar com a pesquisa, e que esteja em situação de refúgio no Brasil?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

***ATENÇÃO:** Este é um modelo a ser adaptado segundo as necessidades de cada protocolo de pesquisa. Lembre-se de que o consentimento deve ser feito em forma de convite, esclarecendo da melhor maneira possível todos os procedimentos e garantias relativas à pesquisa. Mais ainda, o termo deve ter uma linguagem adequada de acordo com o público a que se destina, bem como se adaptar à realidade do tipo de entrevistado.*

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: **Refugiados no Brasil: (Im)possibilidades de inserção no mercado de trabalho pela construção do viés social**, conduzida por **Flávio da Silva Vellasquez**. Este estudo tem por objetivo estudar a inserção dos refugiados no mercado de trabalho brasileiro e, através da visão do refugiado, se a condição da qual ele foi trazido ao país de destino influência nas tomadas de decisões desse processo, identificando preconceitos quanto a cor, raça, religião, orientação sexual, dentre outros aspectos possíveis relacionados.

Você foi selecionado(a) por possuir as características condizentes ao escopo dessa pesquisa, em processo de entrada em um país na condição de refúgio. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Entendemos que, para o entrevistado, a pesquisa pode trazer a dor de reviver histórias de vida e experiências traumáticas, é a sua recusa será totalmente compreendida desde já. A participação não possui nenhum caráter remuneratório, e ocorrerá, preferencialmente, na unidade do Centro de Atendimento aos Refugiados.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de uma entrevista cujo objetivo é resgatar sua história de vida, bem como as eventuais dificuldades encontradas para entrar e se manter no mercado de trabalho brasileiro. Caso seja autorizada a gravação, as entrevistas serão transcritas e submetidas a análises críticas do discurso.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da

pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e da Diretoria de Controles Internos da FGV, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Hélio Arthur Reis Irigaray, professor adjunto sênior da FGV/EBAPE, e-mail: helio.irigaray@fgv.br, telefone de contato: (21)98151-4959

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Diretoria de Controles Internos: Rua Barão de Itambi, 60 – 2º andar – Botafogo, Rio de Janeiro, e-mail: linhaetica@fgv.br .

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar:

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador: _____

Rubrica do(a) participante: _____

Rubrica do(a) pesquisador: _____